



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**BEM-ESTAR SUBJETIVO E SEUS DETERMINANTES: A REALIDADE PORTUGUESA
E DE ALGUNS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA NOS ANOS 2000**

Carla Sofia Mendes Porto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Orientadora:

Professora Doutora Helena Lopes, Professora Associada com Agregação
ISCTE - IUL

Co-orientadora:

Professora Doutora Teresa Calapez, Professora Auxiliar
ISCTE - IUL

Outubro, 2012

*Este trabalho é dedicado ao Dudu,
cuja existência torna a minha excepcionalmente feliz.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar tenho de agradecer ao Bruno, por se ter proposto a acompanhar-me nos sacrifícios que a concretização de um trabalho desta natureza exige, fazendo-me companhia em frente ao computador em fins-de-semana, férias e serões; por ter procurado facilitar-me a vida no que estava ao seu alcance, substituindo-me em atividades quotidianas e acima de tudo por ter sabido compreender e aceitar que eu nem sempre lhe tenha dado a atenção que merecia em momentos também muito marcantes da sua carreira profissional.

Aos meus pais tenho muito a agradecer o incentivo que sempre me deram a prosseguir estudos, mas estou-lhes especialmente grata por me terem ensinado os valores do trabalho e da persistência, da procura constante por saber mais e fazer melhor.

A todos os meus amigos e familiares, que prescindiram da minha companhia inúmeras vezes, tenho a agradecer a compreensão que sempre souberam mostrar de todas as vezes que lhes disse “não”. Em especial à Sandra, agradeço o grande apoio e incentivo.

À Professora Doutora Helena Lopes agradeço por ter trazido ao ISCTE oradores como Francesco Sarracino e Stefano Bartolini que me despoletaram o interesse pela área do bem-estar subjetivo e da felicidade e que me inspiraram a fazer esta dissertação. Agradeço-lhe também o acompanhamento que me proporcionou ao longo destes meses de trabalho, a forma acessível como se relacionou comigo e a disponibilidade que sempre demonstrou para encontrarmos soluções para as dificuldades que iam surgindo, fossem incompatibilidades de horário ou de impasses no decorrer do trabalho. Agradeço-lhe particularmente a forma como me encorajou nos momentos de maior desânimo e por ter mostrado acreditar em mim.

À Professora Doutora Teresa Calapez agradeço o enorme desenvolvimento que me proporcionou em termos de análise estatística e de trabalho em SPSS, só a sua ajuda tornou possível que os meus objetivos para este trabalho se concretizassem. Agradeço-lhe muito a atenção minuciosa e a disponibilidade que me dispensou e que por vezes chegou a interferir com a sua vida pessoal.

Tenho a agradecer por fim a todos os que partilham comigo o dia-a-dia e me inspiram a procurar constantemente a felicidade, ainda que por alguns momentos tal procura faça momentaneamente diminuir o bem-estar. No fim, vale sempre a pena.

RESUMO

A partir de 2000, economistas e psicólogos voltam a interessar-se sobre o que determina o bem-estar subjetivo dos cidadãos. Vários estudos transnacionais foram realizados neste sentido. O presente estudo visa compreender o que determinou o bem-estar subjetivo em Portugal e em alguns países da União Europeia (EU) entre 2002 e 2010 e como se caracterizou o bem-estar subjetivo dos portugueses nos anos após o despoletar da crise económica e financeira. Para tal, analisaram-se os dados de bem-estar subjetivo de mais de 140000 participantes de 15 estados-membros da UE, incluindo Portugal, provenientes do *European Social Survey* e os indicadores macroeconómicos proporcionados pelo *Eurostat*. Os resultados revelam que o bem-estar subjetivo de europeus e portugueses é influenciado pelas flutuações macroeconómicas. A perceção dos indivíduos sobre o seu estado geral de saúde e sobre a adequação dos seus rendimentos às despesas correntes, assim como as confianças social e institucional revelaram-se determinantes do bem-estar subjetivo, tal como vários fatores sociodemográficos. No entanto, em Portugal nem todos os fatores sociodemográficos identificados para os restantes países e já observados em estudos anteriores foram determinantes. A peculiaridade portuguesa torna-se mais evidente quando se observa que em 2010 a média de bem-estar subjetivo é superior a 2008, verificando-se o mesmo com a confiança social, tal levanta a hipótese de em tempos de crise económica os cidadãos nacionais desvalorizarem mais os aspetos materiais e darem mais importância aos relacionais.

Palavras-Chave: Bem-estar subjetivo; felicidade; satisfação com a vida; confiança; indicadores macroeconómicos; crise

Códigos JEL: I31; O10

ABSTRACT

Since the beginning of 2000, economists and psychologists got a renewed interested on what determines citizens' subjective well-being. Several transnational studies have been conducted in this direction. The present study intends to understand what determined subjective well-being in Portugal and in some other European Union (EU) countries between 2002 and 2010 and what characterized subjective well-being in Portugal in the years after the beginning of the economic and financial crisis. For that, subjective well-being data from the European Social Survey from more than 140000 participants from 15 EU countries, including Portugal, and macroeconomic indicators from the Eurostat were analyzed. The results evidence that Europeans and Portugueses' subjective well-being is influenced by macroeconomic variations. The individual's perception concerning their general health and the adequacy of their income when facing current expenses, as well as social and institutional trust evidenced as determinants of subjective well-being. Several socio-demographic factors showed to influence subjective well-being, however, it seems that some of the factors identified for the rest of the countries and observed in previous studies were not determinants in Portugal. The Portuguese idiosyncrasy becomes even clearer when we notice that in 2010 subjective well-being in Portugal is higher than in 2008, as well as social trust, which may indicate that in periods of economic crisis Portuguese citizens devalue more material aspects and highlight relational aspects.

Key-Words: subjective well-being; happiness; life satisfaction; social trust; macroeconomics; crisis

JEL Classification: I31; O10

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
2.1 Felicidade e bem-estar: definição dos conceitos	3
2.2 Determinantes da felicidade e bem-estar subjetivo	6
2.2.1 Determinantes macroeconómicos	6
2.2.2 Determinantes sociodemográficos	9
2.2.3 Outros determinantes do bem-estar subjetivo	11
2.2.4 Capital social como determinante do bem-estar subjetivo	12
2.3 Felicidade, bem-estar subjetivo e confiança em Portugal	14
2.4 Caracterização macroeconómica da União Europeia e de Portugal nos anos 2000	16
2.4.1 A evolução económica dos países europeus contemplados no estudo	16
2.4.2 A evolução da economia portuguesa	19
2.5 Perguntas de investigação e hipóteses de estudo	24
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 Dados, instrumentos de medida e recolha da informação	25
3.2 Operacionalização das variáveis	27
3.2.1 Bem-estar subjetivo	27
3.2.2 Confiança	28
3.2.3 Outros indicadores analisados como determinantes do bem-estar subjetivo	29
3.2.4 Indicadores macroeconómicos	30
3.3 Estratégia empírica	31

4. RESULTADOS	33
4.1 Determinantes do bem-estar subjetivo nos países europeus	33
4.1.1 Determinantes macroeconómicos	33
4.1.2 Outros Determinantes do Bem-Estar Subjetivo	34
4.2 Determinantes do Bem-Estar Subjetivo em Portugal	36
4.2.1 Determinantes Macroeconómicos	36
4.2.2 Outros Determinantes do Bem-Estar Subjetivo	38
4.3 Bem-estar subjetivo em Portugal em tempos de vivência de crise económica	40
5. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXOS	57

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Atividade económica de alguns países europeus em 2009	21
Quadro 3.1 - Distribuição de participantes por país e ano	25
Quadro 4.1 – Efeito das variáveis macroeconómicas no bem-estar subjetivo dos europeus	33
Quadro 4.2 – Outros Determinantes do bem-estar subjetivo europeu de 2002-2010	35
Quadro 4.3 – Efeito das variáveis macroeconómicas no bem-estar subjetivo dos portugueses	37
Quadro 4.4 – Outros determinantes do bem-estar subjetivo em Portugal de 2002-2010	38
Quadro 4.5 – Bem-estar subjetivo, felicidade e satisfação com a vida dos portugueses em tempos de crise económica (valores médios)	42
Quadro 4.6 – Valores médios de confiança social e confiança institucional em tempos de crise económica	43
Quadro 4.7 – Bem-estar subjetivo médio por perceção sobre o estado geral de saúde em tempos de crise económica	44
Quadro 4.8 – Bem-estar subjetivo médio por perceção da adequação dos rendimentos em tempos de crise económica	44
Quadro 4.9 – Bem-estar subjetivo médio por fatores sociodemográficos em tempos de crise económica	45
Quadro 4.10 – Bem-estar subjetivo médio por situação perante o trabalho em tempos de crise económica	46

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Evolução da taxa de variação do PIB nos países europeus contemplados no estudo nos anos 2001 a 2010	17
Figura 2.2 – Evolução da inflação média anual nos países europeus contemplados no estudo nos anos 2001 a 2010	17
Figura 2.3 – Evolução da taxa de desemprego nos países europeus contemplados no estudo nos anos 2001 a 2010	18
Figura 2.4 - Caracterização macroeconómica de Portugal de 2001 a 2010	19
Figura 4.1 – Bem-estar subjetivo, felicidade e satisfação com a vida em Portugal, por ano	40
Figura 4.2 – Bem-estar subjetivo médio na Europa, por ano	41

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CGD- Caixa Geral de Depósitos

ESS – European Social Survey

EUA – Estados Unidos da América

FIB - Índice de Felicidade Interna Bruta

HDI - Índice de Desenvolvimento Humano

IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

PIB – Produto Interno Bruto

UE- União Europeia

1. INTRODUÇÃO

A influência que o contexto macroeconómico pode exercer sobre a vida quotidiana e o bem-estar do cidadão comum anda na ordem do dia. Muito se tem falado e escrito sobre macroeconomia nos últimos tempos, seja por economistas ou não. Tal acontece porque a partir de 2008 abateu-se sobre o mundo uma crise económica e financeira de grandes proporções que veio expor as vulnerabilidades económico-financeiras de muitos países, levando alguns à beira da bancarrota e ao pedido de resgate financeiro internacional, que exige o ajustamento das contas dos países e leva à tomada de medidas de austeridade que afetam o cidadão comum.

Mas o interesse sobre a influência que as condições macroeconómicas podem exercer sobre o bem-estar das pessoas não é novo. Desde os anos 60 do século passado que economistas discutem esta influência e psicólogos estudam empiricamente o bem-estar subjetivo. O interesse por esta área foi revisitado após os anos 2000, com o surgimento da psicologia positiva.

Com o presente trabalho pretende-se dar continuidade à construção de conhecimento sobre os fatores que determinam a felicidade e a satisfação com a vida das pessoas. Assim, para além da influência dos indicadores macroeconómicos, procurar-se-á compreender qual a intervenção no bem-estar subjetivo de outros fatores como os sociodemográficos, a perceção do estado de saúde ou da adequabilidade dos rendimentos face às despesas correntes, dando-se ainda destaque ao papel da confiança como determinante do bem-estar subjetivo.

É também objetivo deste estudo dar a conhecer como se caracterizou o bem-estar subjetivo dos portugueses nos anos após o despoletar da crise económica e financeira.

O método de estudo utilizado consistiu na análise de regressão lineal múltipla aos dados de 15 países europeus, incluindo Portugal, de 2002 a 2010, sobre o bem-estar subjetivo e seus determinantes provenientes do *European Social Survey* e dos indicadores macroeconómicos (i.e, taxa de crescimento do PIB, inflação média anual e taxa de desemprego) fornecidos pelo *Eurostat*. Para o segundo objetivo, fez-se ainda uma análise estatística descritiva dos dados de bem-estar subjetivo da amostra portuguesa nos anos 2008 e 2010.

Esperamos com este estudo contribuir para o aumento do conhecimento sobre o bem-estar subjetivo e sobre o que o influencia, fornecendo dados que poderão vir a ser tomados em linha de conta pelos decisores na definição de medidas políticas que visem, não só a sustentabilidade financeira mas também a felicidade e a satisfação dos cidadãos.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Felicidade e Bem-Estar: Definição de Conceitos

A natureza da felicidade e como é que este estado de plenitude se alcança sempre despertou a curiosidade do Homem. Muitos foram os pensadores, ao longo dos séculos, que procuraram refletir sobre o assunto, que nos dias de hoje é investigado empiricamente por ciências como a Psicologia, a Sociologia e a Economia.

Foi a partir dos anos 60 do séc. XX que o foco de investigação na Psicologia empírica se centrou no funcionamento positivo e na experiência subjetiva positiva e não tanto na psicopatologia (Ryan & Deci, 2001). O interesse por este tema foi arrefecendo até que, com o surgimento da Psicologia Positiva (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000) voltou a ganhar novo fôlego. Em consonância, foram também nestas duas épocas que estudos na área da economia vieram defender que a segurança material e o luxo, por si mesmos, não eram garantia de felicidade (Ryan & Deci, 2001).

O estudo empírico da felicidade seguiu então duas conceções filosóficas distintas que envolvem paradigmas e metodologias diferentes – o *Hedonismo* e a *Eudaimonia* (Deci & Ryan, 2008; Ryan & Deci, 2001; Waterman, 1993).

Na tradição do hedonismo, o bem-estar concretiza-se pelo prazer ou felicidade (Ryan & Deci, 2001). Maximizar o bem-estar é maximizar o sentimento de felicidade (Deci & Ryan, 2008).

A forma que os investigadores desta linha encontraram para medir o continuum prazer/dor de uma experiência humana foi através da avaliação do *Bem-Estar Subjetivo* (Diener, 2000 cit. por Lima & Novo, 2006; Diener & Lucas 1999 citado por Ryan & Deci, 2001), conceito que se refere à perceção subjetiva dos indivíduos sobre três componentes: a satisfação com a vida, a presença de humor positivo e a ausência de humor negativo (Ryan & Deci, 2001). Assim, uma experiência de vida com níveis elevados de afeto positivo, níveis baixos de afeto negativo e um grau elevado de satisfação com a vida consiste em felicidade (Deci & Ryan, 2008).

Para a eudaimonia, conceção filosófica que remonta a Aristóteles, bem-estar é mais do que apenas felicidade (Deci & Ryan, 2008; Ryan & Deci, 2001). As pessoas podem relatar-se como felizes (ou como estando com afeto positivo e satisfeitas), mas nesta perspetiva, tal não quer dizer que estejam necessariamente bem do ponto de vista psicológico (Deci & Ryan,

2008). Bem-estar é neste sentido entendido como a vivência de uma experiência de vida de profunda satisfação e realização de potencialidades humanas (Waterman, 1993).

Alinhada com a perspectiva da eudaimonia, considerando que bem-estar é mais do que sentir-se feliz e satisfeito com a vida, Carol Ryff (1989) propõe um modelo multidimensional de bem-estar, o qual vem a constituir-se como uma conceptualização de *Bem-estar Psicológico* (Lima & Novo, 2006).

A fundamentação teórica deste modelo assenta na convergência de vários modelos de funcionamento psicológico positivo, como o modelo dos Estágios Psicossociais de Erikson, a Teoria do Curso da Vida Humana de Buhler, a Teoria da Personalidade, da Idade e do Envelhecimento de Neugarten, a Teoria de Auto-Realização de Maslow, o conceito de Maturidade de Allport e o de Individualismo de Jung e a Conceção Holística do Homem de Carl Rogers (Ryff & Keyes, 1995). Os critérios positivos de saúde mental de Jahoda também contribuíram para a justificação teórica deste modelo (Ryff, 1989; Ryff & Keyes, 1995).

Para Carol Ryff, o Bem-estar Psicológico comporta seis dimensões de funcionamento psicológico positivo – a Auto-aceitação (avaliação positiva do próprio e da sua vida), o Crescimento Pessoal (o sentimento de contínuo desenvolvimento e crescimento enquanto Pessoa), o Sentido da Vida (crença no propósito e sentido da vida), as Relações Positivas com Outros (a existência de relações de qualidade com outros), o Domínio do Meio (a capacidade de gerir eficazmente a própria vida e o que a envolve) e a Autonomia (o sentimento de auto-determinação) (Ryff, 1989; Ryff & Keyes, 1995).

Este modelo, proposto em 1989 (Ryff, 1989), obteve a sua corroboração empírica com uma amostra representativa nacional de adultos dos Estados Unidos da América em 1995 (Ryff & Keyes, 1995).

Próxima desta conceção, surge a proposta de Corey Keyes (1998 cit. por Cicognani e tal., 2008) de *Bem-estar Social*. Este conceito constitui-se também como uma caracterização multidimensional do funcionamento psicológico positivo, mas agora ao nível das relações das pessoas com a sociedade e com o contexto envolvente (Lima & Novo, 2006).

A conceptualização de Bem-estar Social de Keyes integra cinco dimensões relativas às avaliações das pessoas sobre as circunstâncias sociais e o funcionamento em sociedade, sendo elas a Integração Social (a avaliação dos indivíduos sobre a qualidade das suas relações com a sociedade e a comunidade), a Contribuição Social (o sentimento de se ser um membro vital da sociedade com algo importante a oferecer), a Aceitação Social (confiar nos outros e ter opiniões abonatórias sobre a natureza humana), a Realização Social (a avaliação do potencial da sociedade e a sua correspondência à ideia de que a sociedade tem potencial que se

concretiza através das instituições e dos cidadãos) e a Coerência Social (a percepção da qualidade e da organização do mundo social) (Cicognani et al., 2008; Lima & Novo, 2006).

O Bem-Estar Social refere-se assim ao bem-estar dos indivíduos dentro das estruturas sociais, uma vez que as suas cinco dimensões cobrem a avaliação do próprio em relação ao contexto social (através das dimensões de Integração Social e de Contribuição Social), a avaliação de outras pessoas (Aceitação Social) e a avaliação da sociedade (Coerência Social e Realização Social) (Cicognani et al., 2008).

Colocando os conceitos de Bem-estar Subjetivo, de Bem-estar Psicológico e de Bem-estar Social numa conceptualização integrada e convergente, Keyes e Magyar-Moe (2003 cit. por Novo, 2005 e por Lima & Novo, 2006) propõem a definição de *Bem-estar Subjetivo* como sendo a percepção dos indivíduos sobre o seu bem-estar emocional e funcional, que integra aspetos do funcionamento psicológico dos indivíduos na sua vivência privada e social. Estão assim presentes dimensões de natureza cognitiva (como a satisfação com a vida) e afetivo-emocionais (como a felicidade).

Este novo modelo de bem-estar subjetivo integra a componente de identificação de bem-estar emocional (presente anteriormente no constructo hedónico de bem-estar subjetivo) e outra de funcionamento positivo, capacidade adaptativa e desenvolvimento pessoal e social (englobadas anteriormente nos constructos eudaimónicos de bem-estar psicológico e bem-estar social) (Novo, 2005).

2.2 Determinantes da Felicidade e do Bem-Estar Subjetivo

2.2.1 *Determinantes macroeconômicos*

Na década de cinquenta, prevalecia o pressuposto de que prosperidade econômica implicava prosperidade social na mesma medida. Mas em 1959, Moses Abramovitz publica um ensaio intitulado “*The Welfare Interpretation of National Income and Product*” onde mostra o seu ceticismo sobre a correlação positiva a longo-prazo entre as alterações no bem-estar e as variações do produto nacional, lançando o desafio de se refletir com base em estudos empíricos sobre a influência que as alterações nas taxas de crescimento do rendimento nacional poderiam ter sobre o bem-estar (Easterlin, 1974).

Respondendo a este desafio, Richard Easterlin (1974) desenvolve um estudo empírico pioneiro sobre a relação entre rendimento e felicidade com base em trinta inquéritos de felicidade aplicados a cidadãos de dezanove países de vários níveis de desenvolvimento, desde o ano de 1946 até 1970.

Os resultados deste estudo revelaram a existência de uma correlação positiva forte em cada um dos países entre o rendimento e a felicidade, apresentando-se como mais felizes os cidadãos de um país que se posicionavam em estratos sociais mais elevados, no entanto, estes resultados não se verificaram numa análise entre países, nem quando se tinha em conta o decorrer dos anos. Assim, a longo-prazo, ganhos em termos de rendimento parecem não se refletir em ganhos em termos de felicidade, corroborando assim o ceticismo de Abramovitz.

Estes resultados vieram a ser designados de Paradoxo de Easterlin e despertaram um grande interesse na comunidade científica, seguindo-se estudos que, dentro da perspectiva do hedonismo, procuraram refutar os resultados de Easterlin, outros corroborar e outros ainda ir mais além no estudo dos determinantes da felicidade.

Ainda recentemente, Stevenson e Wolfers (2008) e Sacks, Stevenson e Wolfers (2010) vieram pôr em causa a existência do Paradoxo, procurando demonstrar que o PIB *per capita* está positivamente relacionado com os níveis médios de bem-estar subjetivo, entre países e em cada país, ao longo do tempo. Estes autores argumentam que o rendimento absoluto desempenha um papel central na determinação do bem-estar subjetivo, ao contrário do defendido por Easterlin (1974) que apenas considera o papel do rendimento relativo.

Porém, Easterlin e Angelescu (2009) e Easterlin, Angelescu, Switek, Swangfa e Zweig (2010) contrapuseram estes resultados, voltando a demonstrar que a ligação entre felicidade e

rendimento anula-se a um período de tempo igual ou superior a dez anos e criticando a metodologia usada pelos autores que tentaram refutar os seus resultados, afirmando que estes não distinguiram os dados a curto-prazo dos a longo-prazo e apoiaram-se em artefactos estatísticos.

Vários estudos têm replicado os resultados de Easterlin e demonstrado a sua aplicabilidade em vários países, como por exemplo Di Tella, MacCulloch e Oswald (2003) ou Blanchflower e Oswald (2004).

Easterlin (2009) veio, no entanto, considerar uma exceção ao seu Paradoxo, pois verificou que nos países da Europa de Leste onde decorreu nos anos 90 uma transição do comunismo para o capitalismo e onde na origem dessa revolução esteve também o desejo destes cidadãos em ter melhores condições de acesso a bens materiais, as alterações no PIB refletiram-se no bem-estar subjetivo a longo prazo, descendo na fase inicial de colapso das condições económicas e subindo em seguida com o crescimento económico.

O efeito das flutuações macroeconómicas dos países, com períodos de crescimento e outros de recessão, sobre a felicidade nacional em países europeus e nos EUA já tinha sido verificado por Di Tella et al. (2003). Estes autores demonstraram um forte efeito dos movimentos macroeconómicos na felicidade das nações, sendo reportados níveis mais elevados de felicidade nos momentos de crescimento económico e níveis mais baixos nos momentos de recessão.

A par da influência que o PIB *per capita* poderá desempenhar no bem-estar subjetivo, outros fatores macroeconómicos têm sido estudados como determinantes da felicidade e da satisfação com a vida.

O papel da inflação e do desemprego na determinação da tendência de felicidade foi estudado por DiTella, McCullough e Oswald (2001) que concluíram pela influência negativa que estes fatores exercem sobre a felicidade. Os mesmos autores, em 2003, confirmaram que a felicidade, num dado momento, varia em grande medida com o PIB *per capita*, mas também com o desemprego e a inflação, sendo que em épocas de recessão económica as perdas psicológicas no bem-estar vão para além da diminuição do PIB e ficam a dever-se em grande medida ao aumento da taxa de desemprego e ao seu efeito de medo-de-desemprego (i.e., o medo que as pessoas sentem nestas alturas de perder o seu emprego e de terem muita dificuldade em voltarem a trabalhar).

Blanchflower (2007) também verificou que taxas elevadas de desemprego e de inflação baixam os níveis de felicidade, tendo o desemprego um impacto negativo maior do que a inflação. Mas cada um destes fatores afeta de forma diferente os cidadãos, sendo as pessoas

com menos estudos e as mais velhas as que mais se preocupam com o desemprego, enquanto que as mais jovens e as com mais estudos preocupam-se mais com a inflação.

O estado social pode compensar as perdas na felicidade em épocas de grande desemprego, através dos apoios aos desempregados, pois Di Tella et al. (2003) verificaram que os apoios aos desempregados estão positivamente associados a maior estar-bem. Mas dadas as perdas associadas ao desemprego, rejeitam a ideia de alguns economistas de que a generosidade do estado social torne fácil a vida dos desempregados.

Também uma pessoa que durante a sua vida adulta passe por uma situação económica caracterizada por uma inflação elevada reporta níveis mais baixos de felicidade do que os efeitos da inflação e do desemprego (Blanchflower, 2007).

A convergência macroeconómica verificada em vários países membros da União Europeia, nomeadamente no rendimento *per capita*, na taxa de desemprego e na taxa de inflação ajuda a explicar, em grande medida, a semelhança nos padrões reportados de felicidade desses países. Em particular, a convergência nas taxas de inflação parece desempenhar um papel importante na convergência da satisfação com a vida (Welsch & Bonn, 2008).

Se um governo intervir na economia do seu país, tomando medidas que façam aumentar o crescimento do PIB, e dessa forma ajudar a baixar as taxas de desemprego e inflação, pode influenciar positivamente os níveis de felicidade desse país. Perovic e Golem (2010) evidenciaram esta influência positiva na felicidade dos países em transição na Europa de Leste.

Nos países caracterizados por baixo PIB *per capita* parece haver uma maior influência do rendimento sobre a felicidade (Stanca, 2010). Já nos países desenvolvidos, o crescimento económico apenas proporciona uma pequena porção de felicidade extra (Oswald, 1997). O efeito negativo do desemprego manifesta-se mais em países com um PIB *per capita* elevado ou elevadas taxas de desemprego (Stanca, 2010).

2.2.2 Determinantes sociodemográficos

Os estudos sobre os determinantes da felicidade procuraram também compreender em que medida é que variáveis sociodemográficas influenciavam o bem-estar subjetivo.

Apesar de, de uma forma geral, as pessoas se considerarem felizes e satisfeitas com a vida (Di Tella et al., 2003), os desempregados e os que se encontram em situação de doença ou invalidez permanente, assim como os divorciados, são os que se revelam menos felizes, enquanto que os mais felizes são os casados, os que trabalham por conta própria e os que têm rendimentos elevados (Blanchflower & Oswald, 2004; Di Tella et al., 2003; Easterlin, 1974).

Mas para além do rendimento elevado, a equidade na distribuição dos rendimentos na sociedade constitui-se como um fator importante no bem-estar subjetivo individual, particularmente na Europa. Alesina, Di Tella e MacCulloch (2004) verificaram que as pessoas tendem a reportar-se como menos felizes quando a distribuição de rendimentos na sociedade é muito díspar. A aversão à iniquidade é maior entre os europeus do que entre os americanos e maior entre os europeus mais pobres e de ideologia política de esquerda. Já os americanos mais ricos parecem ser os que mais têm aversão à iniquidade.

As mulheres tendem a reportar-se como mais felizes do que os homens (Blanchflower & Oswald, 2004; Di Tella et al., 2003). No entanto, tem-se verificado que as mulheres americanas têm vindo a diminuir o seu nível médio de felicidade, enquanto que os homens têm aumentado, quando se compara os dados da década de setenta com dados mais atuais (Blanchflower & Oswald, 2004).

Se a população afro-americana desde sempre apresentou valores baixos de felicidade (Blanchflower & Oswald, 2004; Easterlin, 1974;), estes têm sido quem tem contrariado a tendência de diminuição da média de felicidade nos EUA (Blanchflower & Oswald, 2004).

Desde a década de cinquenta que se tem associado positivamente a felicidade ao número de anos de escolaridade (Blanchflower & Oswald, 2004; Easterlin, 1974). Mas, segundo Blanchflower e Oswald (2011) a maior satisfação com a vida associada a níveis mais elevados de escolaridade deve-se apenas ao rendimento superior que maiores níveis de escolaridade trazem. Já Clark e Oswald (1996) tinham verificado que, mantendo o rendimento constante, os níveis de satisfação diminuía fortemente com o aumento dos níveis de educação.

O bem-estar subjetivo assume a forma de U com o aumento da idade dos cidadãos (Blanchflower & Oswald, 2004, 2008, 2009; Di Tella, MacCulloch & Oswald, 2001, 2003; Oswald & Powdthavee, 2007). Os jovens e os mais velhos são quem se mostram mais felizes (Easterlin, 1974), sendo que o nível mínimo de bem-estar subjetivo ronda em média os 40

anos na Grã-Bretanha e nos EUA (Blanchflower & Oswald, 2004). O nível mínimo dos homens americanos anda pelo início dos seus cinquenta anos e o das mulheres americanas no final dos seus trinta (Blanchflower & Oswald, 2008).

O divórcio tem um impacto negativo na felicidade, mesmo os segundos casamentos tendem a ser menos felizes do que os primeiros, e segundo Blanchflower e Oswald (2004) também afeta negativamente os filhos, pois estes autores verificaram que se reportam como mais felizes as pessoas cujos pais não se divorciaram. No entanto, num estudo recente, Proto, Sgroi e Oswald (2012) não encontram evidência que sustente que o divórcio recente dos pais afete o desempenho e a felicidade de jovens universitários.

Por seu lado, os casados reportam-se consistentemente como mais felizes que os solteiros, viúvos ou divorciados/separados. A atividade sexual pode desempenhar nesta tendência uma influência significativa, pois está positiva e fortemente correlacionada com a felicidade e os casados são quem tem maior atividade sexual (Blanchflower & Oswald, 2004a).

A saúde desempenha um papel importante no bem-estar subjetivo. Países com maiores níveis de felicidade possuem também níveis de hipertensão mais baixos (Blanchflower & Oswald, 2008a). Praticar exercício físico e comer frutas e vegetais estão associados a níveis de felicidade mais elevados, já a obesidade assim como fumar regularmente estão associados a níveis de felicidade mais baixos (Blanchflower & Oswald, 2011; Oswald & Powdthavee, 2007).

2.2.3 Outros Determinantes do Bem-Estar Subjetivo

A procura da compreensão do que determina o bem-estar subjetivo tem levado os investigadores a averiguar a influência de variados fatores.

O número médio de horas de trabalho, a degradação ambiental, o crime, a abertura comercial de um país, a esperança média de vida e o estado social, para além do rendimento, da inflação e do desemprego foram alvo de estudo de Di Tella e MacCulloch (2008) que quiseram perceber se o paradoxo do aumento dos rendimentos não levar a um aumento na felicidade não se deve à influência negativa de outras variáveis relevantes que também aumentaram com o crescimento económico.

Os autores encontraram evidência para a sua hipótese pois verificaram que a probabilidade das pessoas se considerarem felizes aumenta com o aumento do rendimento, mas em termos absolutos, este efeito é mais pequeno e quase compensado com o impacto negativo do aumento do desemprego, por exemplo. Se por um lado, a felicidade está positivamente correlacionada com a generosidade de um estado social e (de forma fraca) com a esperança média de vida, está também negativamente correlacionada com o número de horas de trabalho, com a degradação ambiental (em que os mais ricos e os mais novos parecem ser os mais afetados), com as taxas de divórcio e de crime e com a abertura comercial do país, para além da inflação e do desemprego. Assim, parece que incluir estas variáveis não só confirma como atribui uma força maior ao paradoxo “rendimento não traz felicidade”, apoiando a ideia de que o PIB não é uma boa medida de felicidade e de que se deve procurar indicadores mais eficientes de uma “felicidade interna bruta” (Di Tella e MacCulloch, 2008).

Blanchflower e Oswald (2008a) também sugerem que os níveis de tensão arterial deveriam ser incluídos num indicador de bem-estar subjetivo nacional a ser levado em conta pelos governos, pois as medidas de bem-estar subjetivo em vários países têm um padrão inverso ao da tensão arterial desses países.

O Índice de Desenvolvimento Humano (HDI) promovido pelas Nações Unidas constitui-se como uma alternativa ao PIB na medição do bem-estar das nações. Este índice conjuga informações sobre o rendimento real, a esperança média de vida e a educação e tem-se revelado como estando francamente correlacionado com o bem-estar subjetivo (Blanchflower & Oswald, 2011).

2.2.4 Capital Social como Determinante do Bem-Estar Subjetivo

Um dos fatores que se tem revelado como particularmente pertinente no estudo dos determinantes do bem-estar subjetivo é o capital social.

Putnam, Leonardi e Nanetti (1993, p.167) definiram capital social como sendo “as características de uma organização social, tais como a confiança, as normas e a rede social, que podem melhorar a eficácia da sociedade ao facilitar ações coordenadas”. Putnam (2001) defende que a rede social, com as suas normas de reciprocidade e confiança social trazem retorno aos membros dessa rede, tanto público, como privado.

Um dos retornos do capital social verifica-se ao nível do bem-estar subjetivo. Helliwell (2003) comprovou que o capital social está positivamente relacionado com o bem-estar subjetivo, os sujeitos que se reportam como mais felizes são também os que apresentam níveis mais elevados de capital social. Estes dados verificam-se a nível individual, mas também nacional, e em vários países.

Helliwell e Putnam (2004) confirmaram a forte ligação existente entre o capital social e o bem-estar subjetivo, pois verificaram que o casamento, a ligação à família, aos amigos e aos vizinhos, as ligações nos locais de trabalho e a participação cívica (quer a nível individual, quer coletivo), tal como a confiança e a confiabilidade, todos estão independente e fortemente relacionados com a felicidade e a satisfação com a vida, quer diretamente, quer através do seu impacto na saúde.

A confiança social, como constituinte do capital social, tem-se revelado particularmente relacionada com o bem-estar subjetivo. Níveis elevados de capital social e de confiança estão associados a baixas taxas de suicídio nacional, assim como a níveis elevados de bem-estar subjetivo (Helliwell, 2006).

A confiança no local de trabalho está também associada a níveis mais elevados de bem-estar subjetivo (Helliwell e Huang, 2010; 2011). O mesmo acontece com a confiança nos vizinhos ou na polícia (Helliwell e Huang, 2006).

Dado que a confiança tem-se demonstrado fortemente relacionada com outras medidas de capital social, alguns estudos utilizam a confiança como proxy ou medida direta de capital social.

Um desses estudos foi Bartolini, Mikucka e Sarracino (2012), que verificaram que a médio-prazo o capital social (proxy por confiança social) tem uma influência no bem-estar subjetivo comparável à do PIB nos países do Leste da Europa, onde se verifica uma influência mais forte das condições macroeconómicas sobre o bem-estar subjetivo. Apesar de a curto-prazo,

apenas as variações no PIB influenciarem alterações no bem-estar subjetivo, a médio-prazo o capital social adquire uma relação com o bem-estar subjetivo comparável à do PIB.

Também em dez de onze países da Europa Ocidental, a relação entre o capital social e o bem-estar subjetivo demonstrou ser positiva e em crescente. Na Europa, a exceção parece ser a Grã-Bretanha, onde à semelhança do que aconteceu nos EUA, o capital social entrou em declínio nos últimos anos (Barlolini & Bonnati, 2008; Sarracino, 2010).

O declínio no capital social nos EUA parece estar relacionado com a expansão dos mercados comerciais que se verificou no mesmo período (Bartolini & Bonnati, 2008) e ajuda a explicar o padrão decrescente da felicidade para o país (Bartolini, Bilancini & Pugno, 2011).

2.3 Felicidade, Bem-Estar Subjetivo e Confiança em Portugal

Até aqui foi abordado o que os estudos transnacionais têm demonstrado sobre o bem-estar subjetivo e sobre o capital social. Interessa agora focar a atenção na realidade portuguesa.

Numa caracterização da felicidade e da satisfação dos portugueses, Lima e Novo (2006) verificaram que os valores médios de bem-estar da população portuguesa são dos mais baixos da Europa, com apenas 13% da amostra portuguesa a relatar-se com níveis muito elevados de felicidade e satisfação, face a 26,5% do conjunto dos 20 países europeus analisados no estudo. Os níveis de bem-estar evidenciados para Portugal apresentavam-se próximos dos que os países europeus menos desenvolvidos da amostra apresentavam, sendo que para estes países parece haver uma ligação positiva entre o bem-estar subjetivo e o nível de rendimentos.

Em termos sociodemográficos, as autoras verificaram que em Portugal há uma associação negativa forte entre bem-estar subjetivo e idade, que se mantém mesmo controlando o efeito do rendimento, com valores mínimos a situarem-se entre os 45 e os 54 anos. A conjugalidade, em Portugal, também se desvia do padrão geral, com os casados a reportarem níveis de bem-estar significativamente inferiores aos que nunca casaram.

Com dados de 2008, Brites (2011) verificou que o bem-estar subjetivo em Portugal decresce de norte para sul do país, e que os homens apresentam, de uma forma geral, valores mais elevados de bem-estar subjetivo do que as mulheres. Os valores de bem-estar subjetivo mais elevados são apresentados pelos homens até aos 35 anos, enquanto que os valores mais baixos são os relatados por mulheres com mais de 65 anos de idade. No seu índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), Portugal ocupa a antepenúltima posição no conjunto dos 18 países europeus estudados, mais uma vez posicionando-se como dos países com índices de felicidade dos mais baixos da Europa.

No que respeita à confiança, o autor verificou que os portugueses são os menos confiantes da Europa, juntamente com os húngaros. A “honestidade dos outros”, a “policia” e as “Nações Unidas” são os únicos indicadores de confiança com valores próximos da média, sendo os “políticos” quem mais traz desconfiança aos portugueses. Em termos regionais, o Alentejo parece ser a região com mais confiança, enquanto que os algarvios são os mais desconfiados. A exceção verifica-se na confiança nas instituições internacionais, onde o Alentejo se posiciona como o que menos confia, enquanto que, de uma forma geral, os portugueses confiam mais nessas instituições do que nas nacionais.

Em termos demográficos, apesar de homens e mulheres apresentarem padrões de confiança muito semelhantes, as diferenças entre géneros são estatisticamente significativas, colocando os homens a confiarem mais do que as mulheres em termos gerais. Em relação à idade, o padrão de confiança é semelhante em todos os escalões etários, apresentando-se apenas diferenças nos jovens até aos 35 anos, que são quem tem os valores médios de confiança mais elevados, com os homens a confiarem mais que as mulheres.

Com dados resultantes de entrevistas estruturadas realizadas em Dezembro de 2010 em seis países europeus (Portugal, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Espanha e Suécia), Marujo e Neto (2011) confirmaram que Portugal continua a configurar-se abaixo da média de felicidade dos países estudados. Não foram evidenciadas diferenças entre géneros, mas o aumento da idade fez aumentar o número de pessoas que se diz pouco feliz. Ter um relacionamento amoroso de qualidade é o que distingue melhor os mais felizes dos menos felizes. Já considerar que o dinheiro é a melhor medida de sucesso é uma característica comum entre os menos felizes.

As preocupações económicas afetam a maioria dos inquiridos, mas os menos felizes revelaram-se mais preocupados. São menos felizes as pessoas que consideram que os seus rendimentos não lhes permitem pagar as despesas correntes, sendo que a felicidade revelou-se superior nas pessoas com rendimentos elevados e que se sentem satisfeitas com o que auferem. Estar empregado e gostar do que se faz também contribui positivamente para a felicidade.

A perceção sobre a saúde também apareceu neste estudo relacionada com a felicidade, sendo mais felizes as pessoas mais satisfeitas com o seu estado de saúde, as que mais procuram ajuda médica ao aparecimento dos primeiros sintomas de doença, as que dormem melhor, que têm menos problemas de saúde física e psicológica, as que menos apresentam obesidade e as que mais praticam exercício físico.

2.4 Caracterização macroeconómica da União Europeia e de Portugal nos anos 2000

2.4.1 A evolução económica dos países europeus contemplados no estudo

A primeira década do século XXI passou por duas recessões económicas mundiais (2001-2003 e 2008-2009) e por um período de expansão económica (2003-2007) (Caixa Geral de Depósitos, 2011; Comissão Europeia, 2011).

Houve uma intensificação da globalização e surgiram novas economias que marcaram a sua presença no investimento e nas transações comerciais internacionais (CGD, 2011).

Na união europeia, constituiu-se uma união económica e monetária e lançou-se uma moeda única. O contexto europeu é de alargamento, sendo 27 os atuais estados membros da união europeia (CGD, 2011).

Neste contexto, a evolução da atividade económica dos países europeus revelou uma tendência de crescimento consideravelmente mais baixa face ao perfil de crescimento económico demonstrado pelas economias emergentes (CGD, 2011).

Na origem deste crescimento económico dececionante estão deficiências estruturais que não foram devidamente corrigidas, e outras até se agravaram antes da crise, e que contribuíram para a degradação das condições económicas após a mesma. A evolução salarial que se situou acima da produtividade, a redução da participação dos jovens no mercado de trabalho e a diminuição da população ativa, assim como a redução do número de horas trabalhadas por pessoa contribuíram para a perda de ritmo no crescimento económico na UE a 27. Com a contração do PIB após a crise internacional, disparou a taxa de desemprego e a produtividade entrou em queda por baixa na utilização da mão-de-obra disponível. Na fase de expansão prévia à crise, vários estados membros aumentaram as suas despesas públicas em vez de corrigirem o desajustamento orçamental, sendo que em 12 países a taxa de crescimento da despesa primária foi superior à taxa de crescimento económico (Comissão Europeia, 2011).

A par da subida das taxas de desemprego e do fraco crescimento económico, o objetivo europeu de garantir uma estabilidade de preços criou condições para a valorização do euro e permitiu manter as inflações nacionais em níveis tendencialmente baixos (CGD, 2011).

Através das figuras 2.1 a 2.3 que a seguir se apresentam, pode-se observar com maior detalhe a evolução dos três principais indicadores macroeconómicos – taxa de variação do PIB, inflação média anual e taxa de desemprego – dos países europeus que serão abordados neste estudo, para além de Portugal.

Figura 2.1 Evolução da taxa de variação do PIB nos países europeus contemplados no estudo nos anos 2001 a 2010

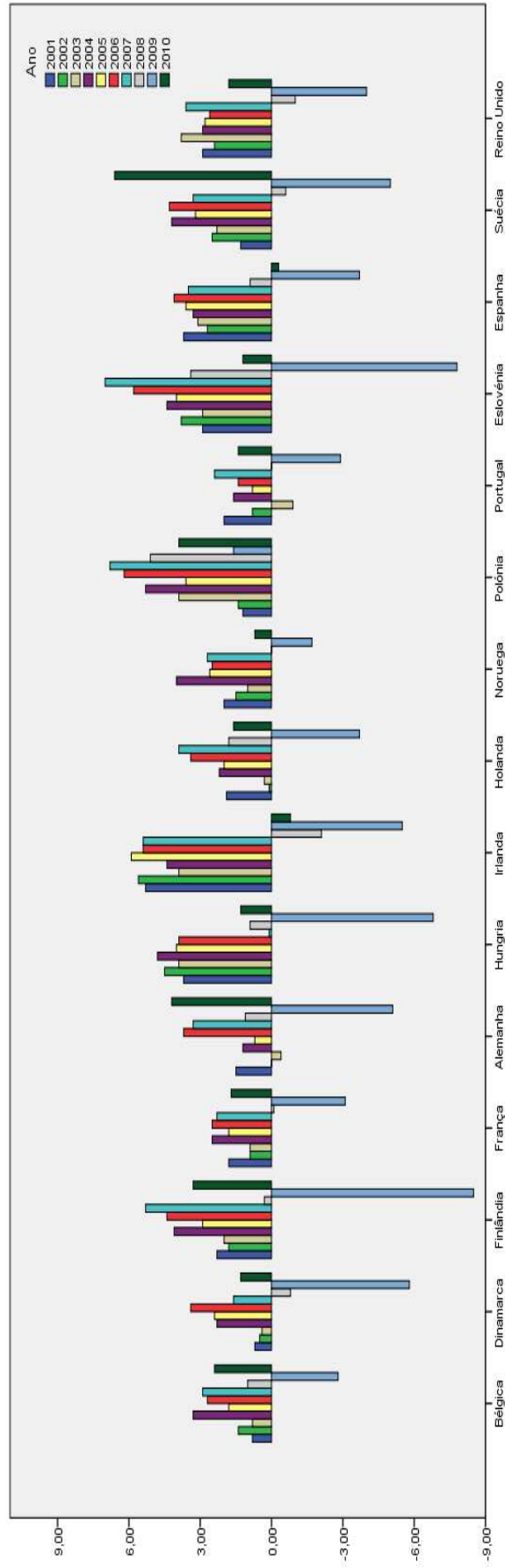


Figura 2.2 Evolução da inflação média anual nos países europeus contemplados no estudo nos anos 2001 a 2010

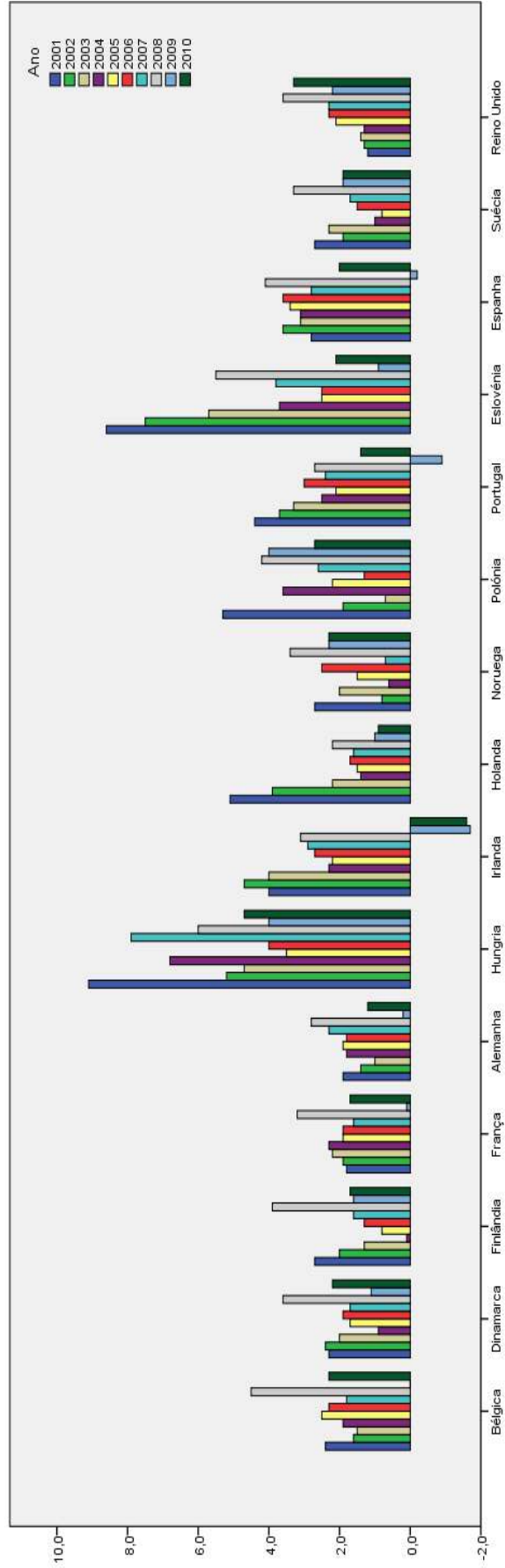
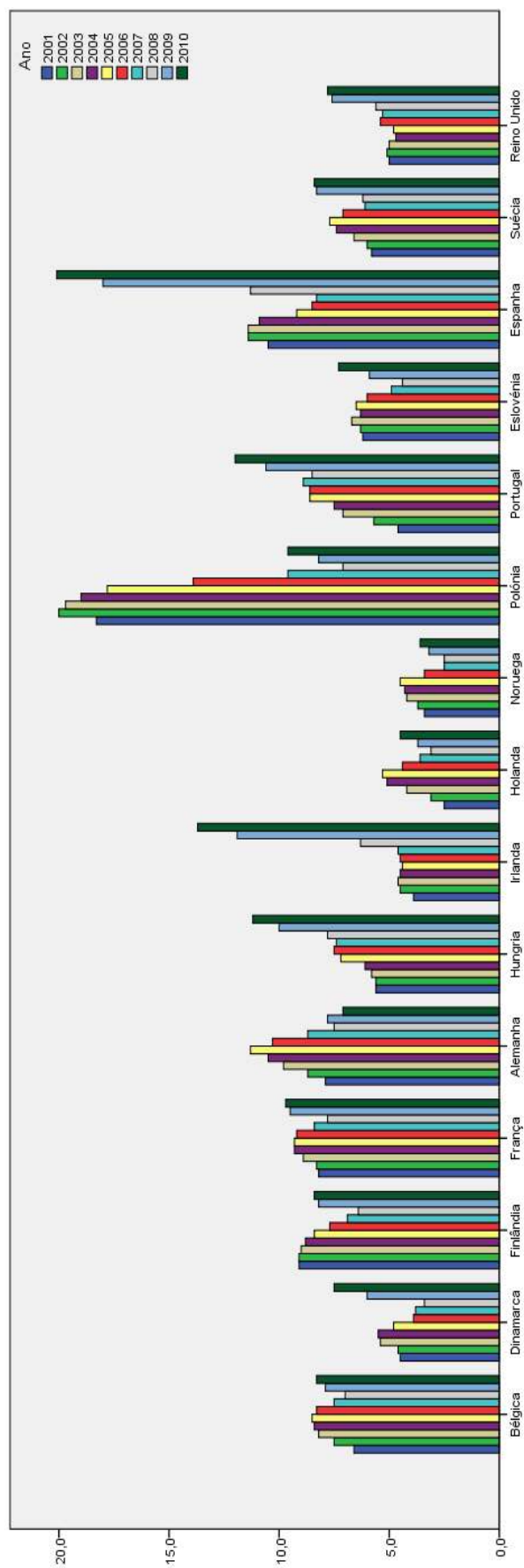


Figura 2.3 Evolução da taxa de desemprego nos países europeus contemplados no estudo nos anos 2001 a 2010



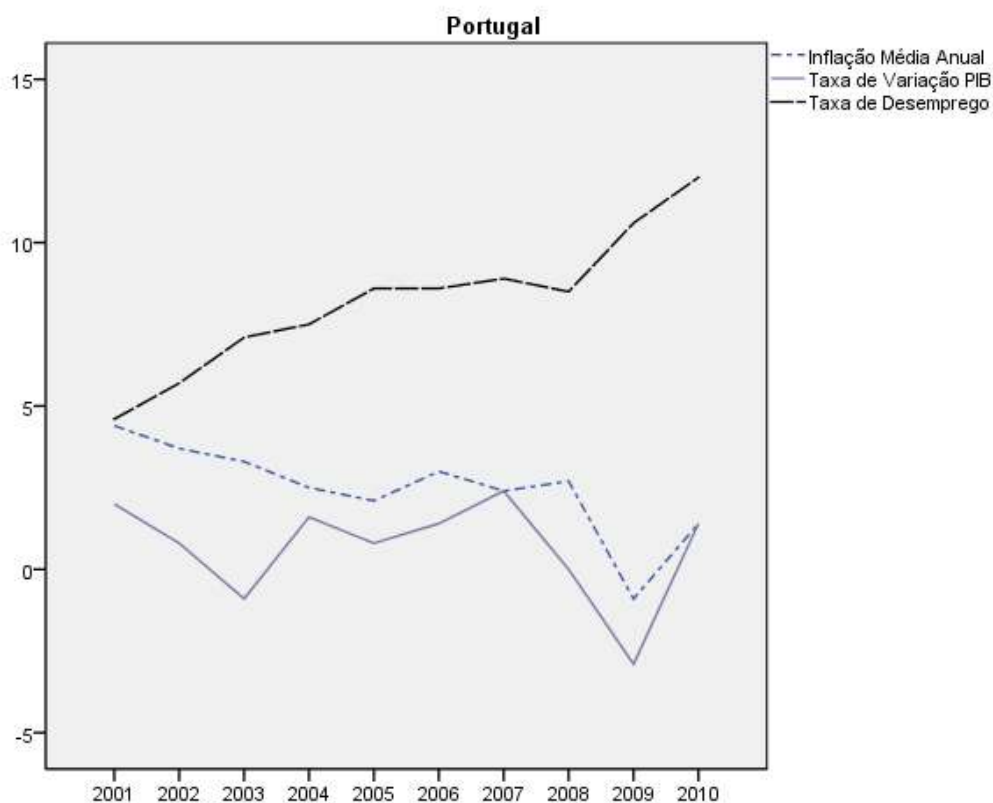
Fonte: Eurostat, 2012

2.4.2 A evolução da economia portuguesa

Portugal entra no século XXI em fase de crescimento económico, depois de ter integrado a União Europeia em 1986. Desde esse ano e até 2001, o crescimento económico em Portugal registou valores de 3.6%, acima dos 2.8% da média europeia (Constâncio, 2004).

No entanto, de 2001 a 2003 dá-se a primeira recessão económica da década (CGD, 2011) que atinge Portugal da forma que se pode observar na figura 2.4.

Figura 2.4 – Caracterização Macroeconómica de Portugal de 2001 a 2010



Fonte: Eurostat, 2012

Se em 2002, a economia portuguesa entra em desaceleração, em 2003 está já em recessão económica (Banco de Portugal, 2003, 2004). Face a esta contração do PIB, a taxa de desemprego inicia o seu percurso ascendente.

Apesar da transição do escudo para o Euro no início do ano 2002 e do aumento da taxa normal de IVA de 17% para 19% em Junho de 2002, a inflação média anual esteve neste período em registo de queda (Banco de Portugal, 2004).

Em 2004, Portugal recupera a sua atividade económica, registando um crescimento moderado que se deveu essencialmente ao aumento da procura interna, pelo aumento do consumo privado. Apesar desta recuperação, Portugal continua a evidenciar nesta altura uma das mais baixas taxas de crescimento da União Europeia, agravada pelo facto de este crescimento estar assente no aumento do endividamento do setor privado, principalmente dos particulares, e num contexto de desequilíbrio estrutural das contas públicas (Banco de Portugal, 2005).

De forma consistente com a atividade económica, o emprego ganhou alguma estabilização neste ano, tendo havido um aumento do emprego por conta de outrem e uma diminuição do emprego por conta própria. No entanto, a criação líquida de emprego conseguida no setor dos serviços não conseguiu compensar a subida da taxa de desemprego e o particular agravamento do desemprego de longa duração (Banco de Portugal, 2005).

De 2005 a 2007, a economia portuguesa manteve uma trajetória gradual de recuperação económica, associada a uma tentativa de consolidação das contas públicas. No entanto, esta tendência de crescimento foi inferior à conseguida em ciclos económicos anteriores e apesar da taxa de crescimento do PIB em 2007 ter sido a mais elevada dos seis anos anteriores, continuou a ser das mais baixas da União Europeia, afastando Portugal do processo de convergência europeia (Banco de Portugal, 2008).

O emprego continuou neste período a sofrer uma acentuada degradação, pelo aumento do peso de contratos de trabalho a termo, da percentagem de desempregados de longa duração, que em 2006 perfazia mais de 50% do total de desempregados, e do aumento do desemprego por encerramento de empresas (Banco de Portugal, 2007, 2008).

À exceção de 2006, em que a inflação atingiu um valor superior ao observado nos outros anos devido ao impacto nos preços ao consumidor do aumento de impostos e do aumento do preço de bens importados, principalmente bens alimentares, de uma forma geral, a sua tendência é de queda, de forma a convergir para a taxa verificada na zona euro e a cumprir com o objetivo do Banco Central Europeu de estabilidade de preços (Banco de Portugal, 2007, 2008).

2008 foi o ano do início de uma profunda e sincronizada recessão mundial que se viria a prolongar por 2009. Portugal viu a sua atividade económica sofrer uma forte desaceleração no final do ano de 2008 para entrar em profunda recessão em 2009, a mais grave dos últimos 30 anos. Fortemente integrado em termos económicos e financeiros, Portugal sofreu diretamente com a aversão ao risco e à incerteza dos agentes económicos internacionais, nomeadamente

através da diminuição da procura externa e da dificuldade de acesso a financiamento sentido por famílias e empresas (Banco de Portugal, 2009, 2010).

A taxa de desemprego registou em 2008 uma ligeira diminuição, para a partir do primeiro trimestre de 2009 iniciar uma tendência de elevado aumento, colocando-a a níveis historicamente elevados (Banco de Portugal, 2009, 2010).

A forte queda da procura global e os baixos níveis de utilização da capacidade produtiva deram origem à redução dos preços dos bens transacionados internacionalmente, particularmente dos preços das matérias-primas que vinham em forte subida nos anos anteriores. Tal resultou na diminuição acentuada da inflação em diversos países e em alguns, como em Portugal, registaram-se valores negativos (Banco de Portugal, 2009, 2010).

As medidas extraordinárias de apoio à economia e ao sistema financeiro promovidas por governos e bancos centrais permitiram a recuperação da atividade económica global, ainda que a níveis diferenciados, a partir do segundo trimestre de 2009. Portugal sentiu este efeito internacional, que associado às medidas extraordinárias do governo português levaram a uma recuperação da atividade económica. No entanto, estas medidas extraordinárias contribuíram fortemente para o agravamento da dívida pública e o aumento do défice (Banco de Portugal, 2010).

Apesar da recessão em que mergulhou em 2009, destaca-se como positivo o facto de Portugal não ter sido afetado pela crise económica e financeira internacional de forma tão intensa como outros países, pois a queda da sua atividade económica foi inferior à observada na maioria das economias europeias, como se verifica no quadro 2.1.

Quadro 2.1 – Atividade económica de alguns países europeus em 2009

	Taxa de variação do PIB
Portugal	-2,90
Bélgica	-2,80
Alemanha	-5,10
Dinamarca	-5,80
Espanha	-3,70
Finlândia	-8,50
França	-3,10
Reino Unido	-4,00
Hungria	-6,80
Irlanda	-5,50
Holanda	-3,70
Suécia	-5,00
Eslovénia	-7,80

Fonte: Eurostat, 2012

Os fatores de proteção que impediram que a queda da atividade económica portuguesa fosse mais grave foram a robustez do sistema bancário e a ausência de sobrevalorização no mercado imobiliário. Não estando exposto à bolha imobiliária que afetou grande parte dos bancos internacionais, já que os preços dos imóveis em Portugal haviam evoluído em consonância com a inflação, o sistema bancário manteve-se em posição favorável em termos de rendibilidade, liquidez e solvabilidade (Banco de Portugal, 2010).

A atividade económica registou um crescimento moderado em 2010 fortemente influenciado pelo aumento das exportações, do consumo privado que subiu pela antecipação da aquisição de bens duradouros devido ao aumento anunciado de impostos e pelo consumo público. No entanto, a tendência de baixo crescimento da economia portuguesa, verificada durante toda a década, influenciada por problemas estruturais de produtividade, para os quais contribuem o nível relativamente baixo de capital humano da população ativa e o nível de endividamento de vários setores da economia, agora agravada por níveis elevados de endividamento externo e por níveis de défice e dívida pública superiores ao esperado, levaram a que os investidores internacionais suspeitassem da sustentabilidade das finanças públicas, tornando muito difíceis as condições de financiamento internacional, fazendo o país entrar na crise de dívida soberana que já ia afetando outros países europeus (Banco de Portugal, 2011).

Tais desenvolvimentos levaram Portugal a recorrer a assistência financeira internacional no início de abril de 2011 com o objetivo de conseguir superar as principais fragilidades ao nível da sustentabilidade das contas públicas e dos bloqueios estruturais que limitam o crescimento da economia (Banco de Portugal, 2011).

A recuperação da economia mundial levou à subida dos preços dos bens importados, nomeadamente das matérias-primas que associado à subida de preços por aumento da tributação indireta e à subida dos salários levou a inflação a registar uma tendência de subida ao longo de todo o ano de 2010 (Banco de Portugal, 2011).

As condições do mercado de trabalho degradaram-se substancialmente, havendo um aumento generalizado do desemprego que abrangeu vários setores da economia e todos os escalões etários, com particular incidência nos mais jovens. Neste ano, o desemprego de longa duração perfeitou 55,8% do desemprego total, um máximo histórico. Tal como em máximos ficou a taxa de desemprego que ultrapassou a média da união europeia (Banco de Portugal, 2011).

As expectativas quanto à evolução da economia portuguesa mantiveram-se negativas, pois ao longo de 2010, não se conseguiram corrigir os desequilíbrios macroeconómicos verificados nos anos anteriores, mantendo-se um défice orçamental muito elevado que as medidas de

consolidação orçamental não conseguiram corrigir e um insuficiente ajustamento do défice externo, com uma necessidade de financiamento líquido que se manteve elevada (Banco de Portugal, 2011).

O programa de financiamento externo previu a entrada de Portugal em recessão logo em 2011 com prolongamento para 2012, uma diminuição acentuada do rendimento real disponível das famílias e a continuação do aumento da taxa de desemprego. Neste contexto macroeconómico, o futuro próximo de Portugal antevê-se muito difícil (Banco de Portugal, 2011).

2.5 Perguntas de Investigação e Hipóteses de Estudo

A revisão de literatura apresentada ao longo deste capítulo aponta para diversos determinantes do bem-estar subjetivo. Com este estudo, pretende-se primeiramente aprofundar o conhecimento sobre o que determinou a felicidade e a satisfação com a vida em Portugal e na União Europeia nos anos 2002 a 2010.

Tal como foi referido anteriormente, esta década foi marcada por um período de expansão económica (2003-2007) e por dois períodos de recessão (2001-2003) e (2008-2009) que atingiram toda a Europa, ainda que de forma diferenciada. Assim, terão estas variações macroeconómicas influenciado o bem-estar subjetivo de europeus e portugueses nos anos 2000? E para além das variações macroeconómicas, que outros fatores terão determinado a felicidade e a satisfação com a vida dos cidadãos, nestes anos?

Porque a crise económica e financeira iniciada mundialmente em 2008 se repercutiu de forma grave em Portugal, levando à pior recessão dos últimos 30 anos em 2009 e à subida progressiva da taxa de desemprego, é também objetivo deste estudo avaliar como se caracterizou o bem-estar subjetivo em Portugal nos anos de vivência de crise económica.

Na perspetiva do demonstrado por estudos anteriores, as hipóteses deste estudo são:

- (1) A existência de uma influência significativa das variações macroeconómicas no bem-estar subjetivo. Mais concretamente, espera-se observar um aumento do bem-estar subjetivo com o crescimento do PIB e uma diminuição com o aumento da inflação e da taxa de desemprego;
- (2) A existência de uma influência significativa de variáveis sociodemográficas e de outras como a perceção do estado de saúde e da adequabilidade dos rendimentos às despesas correntes assim como da confiança, com o aumento dos níveis destas variáveis a conduzirem a ganhos em termos de bem-estar subjetivo;
- (3) Uma diminuição nos níveis de bem-estar subjetivo dos portugueses de 2008 para 2010, período em que o país vive grandes dificuldades económicas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 *Dados, Instrumentos de Medida e Recolha da Informação*

O presente estudo utilizou dados provenientes de duas fontes de informação distintas.

Para se estudar a experiência subjetiva dos cidadãos nacionais e europeus, recorreu-se aos dados disponibilizados on-line pelo *European Social Survey*, que consistem nas respostas dadas por participantes de vários países europeus, incluindo Portugal, a um questionário social bienal, metodologicamente rigoroso e orientado para a investigação académica (ESS, 2012). Até à data da realização do presente estudo, tinham sido disponibilizados pelo ESS dados de cinco anos diferentes: 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.

Porque nem todos os países participaram em todas as edições do ESS, só foi possível incluir neste estudo 15 países – Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Reino Unido, Hungria, Irlanda, Holanda, Noruega, Polónia, Suécia, Eslovénia e Portugal. No total, temos dados de mais de 140 000 participantes, com uma distribuição aproximada de cerca de 28 000 participantes por ano, como se verifica com maior detalhe no quadro 3.1.

Quadro 3.1 - Distribuição de participantes por país e ano

	2002	2004	2006	2008	2010	Total
Bélgica	1899	1778	1798	1760	1704	8939
Alemanha	2919	2870	2916	2751	3032	14488
Dinamarca	1506	1487	1505	1610	1576	7684
Espanha	1729	1663	1875	2576	1885	9728
Finlândia	2000	2022	1896	2195	1878	9991
França	1503	1806	1986	2073	1728	9096
Reino Unido	2052	1897	2394	2352	2422	11117
Hungria	1685	1498	1518	1544	1561	7806
Irlanda	2046	2286	1800	1764	2576	10472
Holanda	2364	1881	1889	1778	1829	9741
Noruega	2036	1760	1750	1549	1549	8644
Polónia	2110	1716	1721	1619	1751	8917
Portugal	1511	2052	2222	2367	2150	10302
Suécia	1999	1948	1927	1830	1497	9201
Eslovénia	1519	1442	1476	1286	1403	7126
Total	28878	28106	28673	29054	28541	143252

As bases de dados do *ESS* disponibilizam dois ponderadores distintos – o *design weight* (*dweight*) e o *population size weight* (*pweight*). O *dweight* corrige o *design* da amostra, eliminando as pequenas diferenças que a composição da amostra por país possa ter em termos de representatividade de algumas características como o género, a distribuição geográfica ou as atividades profissionais, por exemplo, tornando a amostra mais representativa da real população de cada país. O *pweight* corrige a representatividade da dimensão da amostra, pois no *ESS* a maior parte dos países é representada por amostras de dimensão equivalente quando na realidade podem ter uma dimensão populacional muito distinta. Este ponderador deve ser usado quando se analisa os dados de dois ou mais países em conjunto (ESS EduNet, 2012). Assim, neste estudo, as análises para os 15 países europeus consideram simultaneamente os dois ponderadores referidos e as análises relativas aos dados portugueses consideram o *dweight*.

Os indicadores macroeconómicos dos países em análise foram recolhidos também via internet, estando disponibilizados no *Eurostat*, o sítio da Comissão Europeia que fornece dados estatísticos da União Europeia de forma a permitir o estudo comparativo entre países e regiões (Eurostat, 2012).

3.2 Operacionalização das Variáveis

Tal como sugerido por Di Tella e MacCulloch (2006), para se perceber se as condições macroeconômicas têm efeitos sobre a felicidade e a satisfação com a vida, não se pergunta aos inquiridos se se preocupam com o PIB, a taxa de desemprego ou a inflação, mas observa-se a relação existente entre estes indicadores e a sua experiência subjetiva de bem-estar.

3.2.1 *Bem-estar subjetivo*

Assume-se neste estudo a perspectiva do hedonismo, considerando que a medida de bem-estar subjetivo será dada pela média das respostas às questões sobre felicidade e satisfação com a vida.

A medida de felicidade no *ESS* é dada pelas respostas à questão: “*Considerando todos os aspectos da sua vida, qual o grau de felicidade que sente?*”. As respostas são dadas tendo por base uma escala de 11 pontos, em que *0-extremamente infeliz* e *10-extremamente feliz*.

A medida de satisfação com a vida provém da questão: “*Tudo somado, qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral?*”. Neste caso, *0-extremamente insatisfeito* e *10-extremamente satisfeito*.

A primeira questão fornece a componente emocional do conceito de bem-estar subjetivo (felicidade) e a segunda a componente cognitiva (satisfação com a vida).

Uma análise de componentes principais às variáveis de felicidade e satisfação com a vida assegura que estas duas variáveis podem ser representadas por uma única componente que explica 85% da variância. O indicador sintético de bem-estar subjetivo construído a partir da média destas duas variáveis possui uma boa consistência interna indicada por um *alpha de Cronbach* de 0,82. (cf. Anexo 1).

3.2.2 Confiança

São duas as medidas de confiança utilizadas neste estudo como *proxy* de capital social.

A primeira, a confiança social é o indicador sintético que, à semelhança do utilizado por Bartolini et al. (2012), é construído pela média das respostas às seguintes questões do *ESS*:

1. *De uma forma geral, acha que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas ou acha que se pode confiar na maioria das pessoas?*
2. *Acha que a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de si sempre que pode, ou pensa que a maior parte das pessoas é honesta?*
3. *Acha que, na maior parte das vezes, as pessoas estão preocupadas com elas próprias ou acha que tentam ajudar os outros?*

A escala de respostas a estas questões é de 11 pontos, e na primeira questão 0- *todo o cuidado é pouco* e 10- *a maioria das pessoas é de confiança*; na segunda questão, 0- *a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de mim* e 10- *a maior parte das pessoas é honesta*; na última questão, 0- *as pessoas estão preocupadas com elas próprias* e 10- *as pessoas tentam ajudar os outros*.

A análise de componentes principais a estas variáveis confirma que as mesmas podem ser representadas por uma componente que explica 67,2% da variância. Este indicador sintético revela ter uma boa consistência interna avaliada por um *alpha de Cronbach* de 0,75 (cf. Anexo 2).

A segunda é a confiança institucional que é um indicador sintético constituído pela média das respostas às seguintes questões do *ESS*:

1. *“Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem na Assembleia da República?”*
2. *“Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem no sistema jurídico?”*
3. *“Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem na polícia?”*
4. *“Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem nos políticos?”*
5. *“Diga-me, por favor, qual a confiança pessoal que tem no Parlamento Europeu?”*

A escala de respostas a estas cinco questões é de 11 pontos, em que 0- *nenhuma confiança* e 10- *toda a confiança*.

A análise de componentes principais revela que estas cinco variáveis podem ser representadas por uma única componente, que explica 63,3% da variância. A consistência interna dada por um *alpha de Cronbach* de 0,85 demonstra-se adequada (cf. Anexo 3).

3.2.3 Outros indicadores analisados como determinantes do bem-estar subjetivo

A literatura tem identificado vários fatores que influenciam o bem-estar subjetivo. No presente estudo, procurou-se analisar a influência dos seguintes fatores:

- *Género*

- *Idade*

Foram utilizados dois indicadores de idade em diferentes análises estatísticas que procuraram representar a influência da idade:

1. Cálculo da idade do respondente de acordo com o ano de aplicação do questionário e a sua data de nascimento;
2. Agregação da amostra de indivíduos pelos seguintes escalões etários: 14-18, 19-24, 25-35, 36-55, 56-67, ≥ 68 .

- *Escolaridade*

Como *proxy* de escolaridade, foram utilizados o número de anos completos de escolaridade a tempo inteiro e os níveis de escolaridade em Portugal, agregados nas seguintes categorias: “nenhuma”, “1º ciclo”, “2º ciclo”, “3º ciclo”, “Secundário”, “Superior”, “Mestrado/Doutoramento”.

- *Estado Civil*

O estado civil indicado pelos inquiridos foi utilizado de forma agregada em algumas análises nas seguintes categorias: “casado”; “separado/divorciado”; “viúvo” e “solteiro”.

- *Perceção sobre o estado geral de saúde*

Este indicador é dado pelas respostas à questão do *ESS*: “*Como avalia a sua saúde em geral?*”. A escala de respostas é de 5 pontos, em que 1 é muito boa e 5 é muito má.

- Percepção da adequação dos rendimentos face às despesas correntes

Foi também estudada a percepção da adequação dos rendimentos face às despesas correntes através das respostas à seguinte questão: “Qual das seguintes descrições se aproxima mais do que sente relativamente ao rendimento atual das pessoas que vivem nesta casa?” A escala de resposta é de 4 pontos, em que 1- O rendimento atual permite viver confortavelmente; 2- O rendimento atual dá para viver; 3- É difícil viver com o rendimento atual e 4 -É muito difícil viver com o rendimento atual.

- Situação perante o trabalho

As respostas à questão “Quais das seguintes situações se aplicam melhor ao que fez nos últimos 7 dias?” foram agregadas nas seguintes categorias: “trabalho pago”; “a estudar a tempo completo”; “desempregado”; “em situação de doença ou invalidez permanente e reforma” e “outras situações” (ex. serviço cívico ou militar, fazer trabalho doméstico, cuidar de crianças ou de outras pessoas, e outras).

3.2.4 Indicadores macroeconómicos

À base de dados agregada dos cinco anos do ESS, juntaram-se os seguintes indicadores macroeconómicos de cada ano e do ano imediatamente anterior, por cada país, fornecidos pelo Eurostat:

- Taxa de Variação do Produto Interno Bruto

- Taxa de Desemprego

- Inflação Média Anual

3.3 *Estratégica Empírica*

O presente estudo visa proporcionar dois contributos distintos. Um relativo aos principais determinantes do bem-estar subjetivo e outro sobre o bem-estar subjetivo dos portugueses em tempos de crise económica.

Para o primeiro objetivo que consistiu na avaliação da influência no bem-estar subjetivo das variações macroeconómicas e de outros fatores que se poderiam constituir como determinantes – fatores sociodemográficos e outros como a perceção sobre o estado geral de saúde, a perceção da adequabilidade dos rendimentos face às despesas e a confiança – recorreu-se a modelos de regressão linear múltipla.

Para o segundo objetivo de caracterização do bem-estar subjetivo dos portugueses em tempos de crise económica foi realizada uma análise essencialmente descritiva dos dados nacionais de bem-estar subjetivo para os anos 2008 e 2010.

Desta forma, a estratégica empírica definida para esta investigação consistiu nos seguintes passos:

1. Análise da influência das variáveis sociodemográficas, da perceção sobre o estado geral de saúde, da perceção da adequabilidade dos rendimentos face às despesas e da confiança no bem-estar subjetivo dos 15 países europeus para os anos 2002 a 2010. Neste modelo foram controlados os efeitos de país e de ano, tendo sido introduzidas na regressão variáveis mudas, uma para cada país (com exceção do Reino Unido que se tomou como referência) e a variável ano;
2. Análise da influência dos indicadores macroeconómicos escolhidos, no bem-estar subjetivo para a globalidade dos 15 países em estudo, de 2002 a 2010. Neste modelo foram controlados os efeitos de todas as outras variáveis em estudo, para além dos efeitos de país. A informação macroeconómica usada neste modelo tem como referência os próprios anos de realização dos inquéritos;
3. Neste terceiro ponto, essencialmente igual ao anterior, a informação macroeconómica utilizada tem como referência os anos imediatamente anteriores aos da realização dos inquéritos.
4. 5. e 6. Replicação dos passos 1 a 3 para os dados filtrados a Portugal, com as adaptações convenientes.
7. Análise estatística descritiva dos dados portugueses de bem-estar subjetivo:
 - 7.1. Evolução do bem-estar subjetivo de 2002 a 2010;

- 7.2. Comparação com os dados dos restantes países da evolução do bem-estar subjetivo de 2002 a 2010;
- 7.3. Avaliação das diferenças de bem-estar subjetivo registadas entre 2008 e 2010;
8. Análise estatística descritiva dos dados portugueses das variáveis de confiança dos anos 2008 e 2010;
9. Análise da influência no bem-estar subjetivo dos fatores em estudo que se poderiam constituir como determinantes nos anos 2008 e 2010;
10. Avaliação das diferenças de bem-estar subjetivo registadas entre 2008 e 2010 por cada determinante.

4. RESULTADOS

4.1 *Determinantes do Bem-Estar Subjetivo nos Países Europeus*

4.1.1 *Determinantes Macroeconómicos*

A variação das condições macroeconómicas verificada nos 15 países estudados durante os anos 2002 a 2010 mostrou-se significativa na determinação do bem-estar subjetivo. Efetivamente, o aumento da taxa de variação do PIB levou ao aumento do bem-estar subjetivo, enquanto que o aumento da inflação e da taxa de desemprego levaram à sua diminuição.

No entanto, as variações nas condições macroeconómicas podem ser assimiladas de forma mais lenta pelos indivíduos, dando-se um efeito de retardamento da sua influência a nível pessoal, por este motivo avaliou-se também a influência das variações macroeconómicas do ano x-1 sobre o bem-estar subjetivo e verificou-se que o efeito negativo do aumento da inflação e da taxa de desemprego sobre o bem-estar subjetivo é ainda mais expressivo neste caso. A influência da variação do PIB no bem-estar subjetivo teve, neste modelo, um resultado inesperado, indicando que o crescimento económico registado no ano imediatamente anterior conduz à diminuição do bem-estar subjetivo.

Os resultados aqui referidos podem ser observados no quadro 4.1.

Quadro 4.1 – Efeito das variáveis macroeconómicas no bem-estar subjetivo dos europeus

Fatores Macroeconómicos	Bem-Estar Subjetivo			
	Ano x		Ano x-1	
	Coefficiente	Desvio Padrão	Coefficiente	Desvio Padrão
Inflação média anual	-0,021***	0,006	-0,051***	0,004
Taxa de variação do PIB	0,008*	0,003	-0,014***	0,002
Taxa de desemprego	-0,020***	0,006	-0,035***	0,002
Constante	7,410***	0,041	7,593***	0,037
N	137067		137067	
R ² _a	0,308		0,309	
	<i>Controlo de efeito de país</i>			<i>Sim</i>
	<i>Controlo de efeito de outros determinantes</i>			<i>Sim</i>

*p<0,05 **p<0,01 *** p<0,001

4.1.2 Outros Determinantes do Bem-Estar Subjetivo

Outros fatores também se revelaram significativamente determinantes do bem-estar subjetivo dos europeus nestes anos.

As percepções sobre o estado geral de saúde e sobre a adequação dos rendimentos face às despesas correntes revelaram-se significativas. Quanto pior a percepção do estado geral de saúde, maior o impacto negativo dessa percepção no bem-estar subjetivo. Também quanto maior a dificuldade sentida em fazer face às despesas correntes com o rendimento de que se dispõe, maior o impacto negativo no bem-estar subjetivo.

A confiança constituiu-se um bom preditor do bem-estar subjetivo nestes países. Um aumento nos níveis de confiança correspondeu a um aumento no bem-estar subjetivo.

Todos os fatores sociodemográficos estudados revelaram uma influência significativa sobre o bem-estar subjetivo.

O aumento da idade teve um impacto negativo nos níveis de bem-estar subjetivo. Também o aumento do número de anos de estudos conduziu a uma diminuição no bem-estar subjetivo. Ser do sexo feminino contribuiu para o bem-estar subjetivo, tal como ser casado. Ser solteiro leva a níveis de bem-estar subjetivo inferiores a ser casado mas superiores a ser separado/divorciado ou viúvo, que são os estados civis que mais negativamente contribuíram para o bem-estar subjetivo dos indivíduos.

Quanto à situação perante o trabalho, estudar a tempo inteiro leva a níveis maiores de bem-estar subjetivo do que estar a trabalhar. Mas, por sua vez, encontrar-se desempregado leva a uma diminuição do bem-estar subjetivo maior do que qualquer outra situação. A doença/invalidez permanente e reforma ou estar em outras situações contribuíram mais positivamente para o bem-estar subjetivo do que estar a trabalhar.

O passar dos anos contribui positivamente para o bem-estar subjetivo, assim como ser nacional da Bélgica, da Dinamarca, da Espanha, da Finlândia, da Holanda, da Noruega, da Polónia e da Suécia, por comparação ao ser do Reino Unido. Na mesma comparação, ser alemão, francês, húngaro ou português contribuiu negativamente.

Os resultados mencionados nesta secção podem ser observados no quadro 4.2 apresentado na página seguinte.

Quadro 4.2 – Outros Determinantes do bem-estar subjetivo europeu de 2002-2010

		Bem-Estar Subjetivo	
		Coefficiente	Desvio Padrão
	Idade	-0,003***	0,000
	Número de anos completos de escolaridade	-0,013***	0,001
	Género ⁽¹⁾		
	masculino	-0,102***	0,009
	separado/divorciado	-0,537***	0,016
	Estado Civil ⁽²⁾		
	viúvo	-0,489***	0,018
	solteiro	-0,340***	0,012
	a estudar	0,304***	0,018
	Situação perante o trabalho ⁽³⁾		
	desempregado	-0,395***	0,019
	doença/ invalidez e reforma	0,290***	0,015
	outras situações	0,119***	0,015
	Perceção sobre o estado geral de saúde ⁽⁴⁾		
	boa	-0,418***	0,011
	razoável	-0,837***	0,013
	má	-1,503***	0,020
	muito má	-2,414***	0,038
	Perceção da adequação dos rendimentos ⁽⁵⁾		
	dá para viver	-0,433***	0,010
	é difícil viver	-1,218***	0,014
	é muito difícil viver	-1,970***	0,025
	Confiança		
	Confiança social	0,159***	0,003
	Confiança nas instituições	0,108***	0,003
	Ano	0,023***	0,002
	Bélgica	0,293***	0,026
	Alemanha	-0,032*	0,013
	Dinamarca	0,378***	0,035
	Espanha	0,308***	0,016
	Finlândia	0,474***	0,039
	França	-0,441***	0,017
	Hungria	-0,494***	0,027
	Irlanda	-0,076	0,040
	Holanda	0,166***	0,022
	Noruega	0,084*	0,038
	Polónia	0,137***	0,017
	Portugal	-0,342***	0,027
	Suécia	0,143***	0,028
	Eslovénia	0,023	0,02
	Constante	39,327***	3,114
	N	137067	
	R ² _a	0,308	

*p<0,05 **p<0,01 *** p<0,001

⁽¹⁾ Género de referência: feminino; ⁽²⁾ Estado Civil de referência: casado; ⁽³⁾ Situação de referência: a trabalhar; ⁽⁴⁾ Perceção de estado de saúde de referência: muito boa; ⁽⁵⁾ Perceção de adequação dos rendimentos: viver confortavelmente; ⁽⁶⁾ País de referência=Reino Unido

4.2 Determinantes do Bem-Estar Subjetivo em Portugal

4.2.1 Determinantes Macroeconómicos

Nesta secção apresentam-se os resultados do modelo de regressão linear múltipla para os dados de Portugal. Há, no entanto, que ter em atenção que até à data o ESS apenas fornece dados de bem-estar subjetivo de cinco anos (2002; 2004; 2006; 2008 e 2010), o que limita a variabilidade das variáveis constituídas pelos indicadores macroeconómicos para um só país (Portugal), pois só se consideram os dados macroeconómicos desses cinco anos. Tal poderá fazer com que não se detetem diferenças significativas por a maior variabilidade das restantes variáveis se poder sobrepôr à relação das macroeconómicas sobre o bem-estar subjetivo. Daí que a leitura e a interpretação dos resultados a seguir apresentados devam ser feitas com especial sentido crítico.

O que os resultados sugerem é que a inflação média anual e a taxa de desemprego do ano em que se avaliou o bem-estar subjetivo dos portugueses não tiveram uma influência significativa no mesmo. Já a taxa de variação do PIB surge como tendo influenciado negativamente o bem-estar subjetivo, o que é contrário ao esperado, mas congruente com o que pareceu acontecer nos países da UE estudados quando se considerou a influência no bem-estar subjetivo da taxa de variação do PIB do ano $x-1$.

A análise da influência das variáveis macroeconómicas do ano $x-1$ no bem-estar subjetivo do ano x em Portugal evidencia uma influência significativa da inflação e da taxa de desemprego, sendo esta uma influência negativa, ou seja, com o agravamento destas condições macroeconómicas deu-se uma diminuição no bem-estar subjetivo nacional. Nesta análise, a taxa de variação do PIB revela um aumento do bem-estar subjetivo dos portugueses no ano x com o aceleração da atividade económica registado no ano $x-1$.

Os resultados aqui mencionados encontram-se registados no quadro 4.3 da página seguinte.

Quadro 4.3 – Efeito das variáveis macroeconómicas no bem-estar subjetivo dos portugueses

Fatores Macroeconómicos	Bem-Estar Subjetivo			
	Ano x		Ano x-1	
	Coefficiente	Desvio Padrão	Coefficiente	Desvio Padrão
Inflação média anual	-0,112	0,057	-0,206***	0,032
Taxa de variação do PIB	-0,094**	0,028	0,042**	0,013
Taxa de desemprego	0,004	0,020	-0,131***	0,024
Constante	8,043***	0,371	9,188***	0,321
N		9864		9864
R ² _a		0,233		0,235
<i>Controlo de efeito de outros determinantes</i>				<i>Sim</i>

*p<0,05 **p<0,01 *** p<0,001

4.2.2 Outros Determinantes do Bem-Estar Subjetivo

Os resultados da análise de regressão linear múltipla para outros determinantes do bem-estar subjetivo em Portugal, nos anos 2002 a 2010 encontram-se apresentadas no quadro 4.4.

Quadro 4.4 – Outros determinantes do bem-estar subjetivo em Portugal de 2002-2010

		Bem-Estar Subjetivo	
		Coefficiente	Desvio Padrão
	Idade	-0,010***	0,002
	Número de anos completos de escolaridade	0,005	0,004
	Género ⁽¹⁾		
	masculino	-0,028	0,034
	Estado Civil ⁽²⁾		
	separado/divorciado	-0,460***	0,076
	viúvo	-0,466***	0,061
	solteiro	-0,201***	0,051
	Situação perante o trabalho ⁽³⁾		
	a estudar	0,215**	0,072
	desempregado	-0,151*	0,067
	doença/ invalidez e reforma	0,153**	0,056
	outras situações	0,046	0,058
	Perceção sobre o estado geral de saúde ⁽⁴⁾		
	boa	-0,385***	0,060
	razoável	-0,713***	0,065
	má	-1,369***	0,081
	muito má	-2,109***	0,125
	Perceção da adequação dos rendimentos ⁽⁵⁾		
	dá para viver	-0,332***	0,064
	é difícil viver	-0,677***	0,070
	é muito difícil viver	-1,177***	0,082
	Confiança		
	Confiança social	0,114***	0,009
	Confiança nas instituições	0,137***	0,009
	Ano	0,024***	0,006
	Constante	-41,641**	12,096
	N	9864	
	R ² _a	0,229	

*p<0,05 **p<0,01 *** p<0,001

⁽¹⁾ Género de referência: feminino; ⁽²⁾ Estado Civil de referência: casado; ⁽³⁾ Situação de referência: a trabalhar; ⁽⁴⁾ Perceção de estado de saúde de referência: muito boa; ⁽⁵⁾ Perceção de adequação dos rendimentos: viver confortavelmente

Em Portugal, tal como se verificou na globalidade dos países analisados, quanto pior for a percepção do estado geral de saúde maior o impacto negativo na avaliação do bem-estar subjetivo.

O mesmo se passa com a adequabilidade dos rendimentos, mantendo tudo o resto constante, maiores dificuldades em fazer corresponder os rendimentos às despesas correntes provocam um decréscimo no bem-estar subjetivo.

A confiança social e a confiança nas instituições também têm em Portugal um impacto positivo no bem-estar subjetivo.

Tal como na Europa, o aumento do número de anos de vida conduz a um nível de bem-estar subjetivo inferior.

O estado civil em Portugal tem uma influência semelhante no bem-estar subjetivo à que tem nos restantes países europeus. Ser-se solteiro em Portugal leva a níveis de bem-estar subjetivo inferiores a ser-se casado. Ser separado/divorciado e viúvo são os estados civis que conduzem a níveis mais baixos de bem-estar subjetivo.

Em relação à situação face ao trabalho, estar desempregado conduz à diminuição do bem-estar subjetivo e estar a estudar a tempo completo aos níveis mais elevados de bem-estar subjetivo. A doença/ invalidez permanente e reforma leva a níveis de bem-estar subjetivo superiores a estar a trabalhar e inferiores a estar a estudar. Estar noutra situação perante o trabalho não revela uma influência significativa em Portugal.

O género também não mostra uma influência significativa no bem-estar subjetivo. Tal como o número de anos de educação escolar completa parece não influenciar o bem-estar subjetivo em Portugal.

O passar dos anos mostrou influenciar positivamente o bem-estar subjetivo nacional.

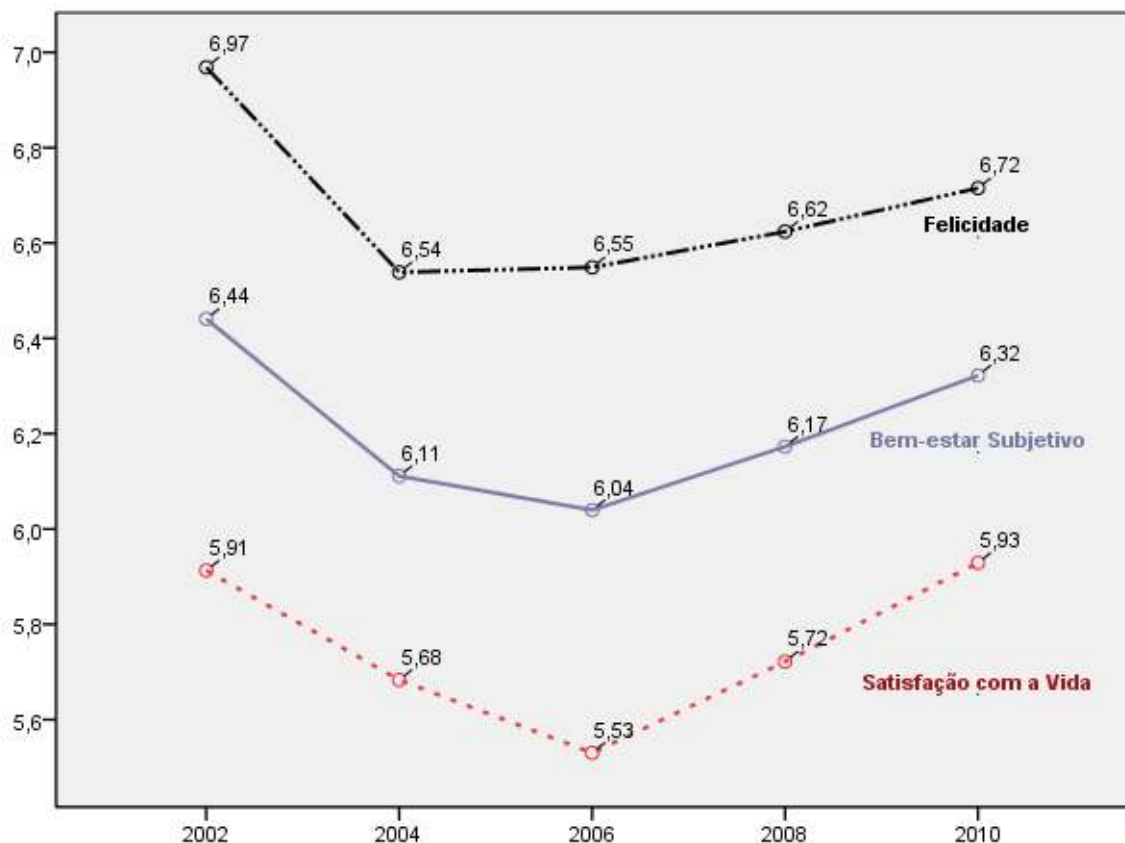
4.3 *Bem-estar subjetivo em Portugal em tempos de vivência de crise económica*

A crise económica e financeira internacional teve início no ano de 2008 e atingiu Portugal sobretudo em 2009, levando o país à recessão e elevando as taxas de desemprego para níveis históricos, como mencionado em capítulo anterior.

Então, para se compreender como se caracterizou o bem-estar subjetivo em Portugal em tempos de vivência de crise económica, interessa olhar para os dados recolhidos durante o ano de 2010 e comparar a sua evolução relativa a 2008. Em 2010, Portugal encontrava-se em crise há mais de um ano, a haver influência da crise na felicidade e na satisfação com a vida dos portugueses desta amostra, a mesma deverá refletir-se nos dados de 2010.

Para melhor se situar os dados do bem-estar subjetivo em Portugal de 2008 e 2010, observe-se a sua evolução de 2002 a 2010 registada na figura 4.1.

Figura 4.1 – Bem-estar subjetivo, felicidade e satisfação com a vida em Portugal, por ano (valores médios)



Escala: 0=totalmente infeliz; 10=totalmente feliz

Como se pode verificar pelo gráfico da figura 4.1, em todos os anos, os níveis médios de felicidade e satisfação com a vida, em Portugal, situaram-se acima do ponto intermédio da escala (=5). Apresentando um padrão de evolução semelhante, de uma forma consistente, os valores médios de felicidade situaram-se acima dos da satisfação com a vida.

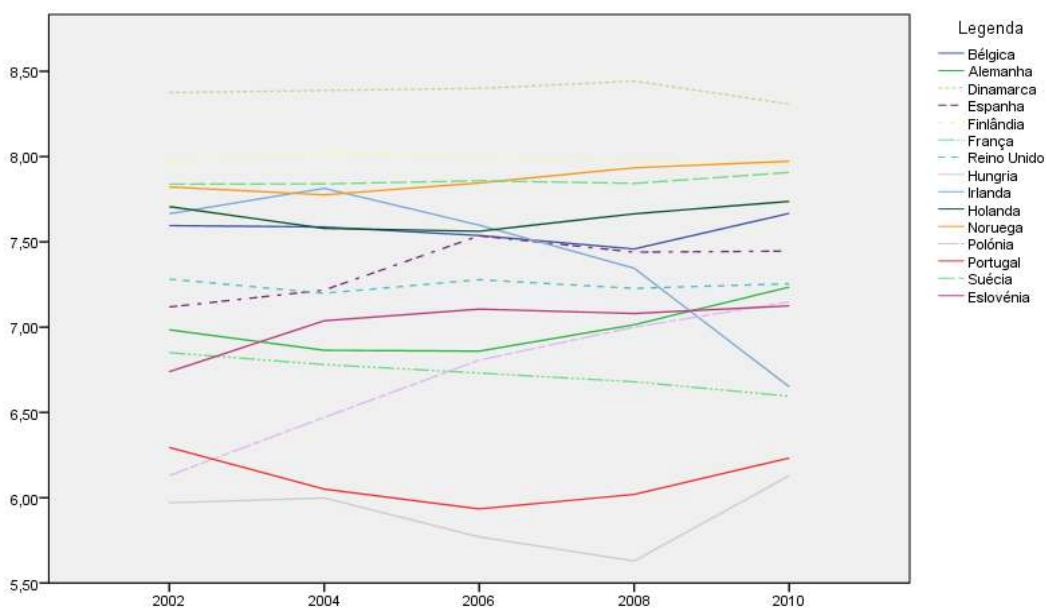
A tendência evolutiva da felicidade evidenciada pelo mesmo gráfico demonstra-se descendente de 2002 a 2004, iniciando um percurso de subida moderada de 2004 a 2010. A tendência evolutiva da satisfação com a vida mostra-se descendente de 2002 a 2006 e ascendente de 2006 a 2010. Sendo assim, 2004 foi o ano em que a felicidade média em Portugal atingiu o seu valor mais baixo, enquanto que a média da satisfação com a vida registou o seu em 2006.

Em tempos de vivência de crise económica (2010), os valores médios destes dois indicadores revelaram-se superiores aos do período de expansão económica (2004-2007), sendo 2010 inclusivamente o ano em que a média da satisfação com a vida regista o seu valor mais alto. A felicidade média atingiu o seu valor mais elevado no ano de 2002, ano incluído no período recessivo de 2001 a 2003.

Sendo o bem-estar subjetivo a média dos valores das variáveis de felicidade e satisfação com a vida, e a medida utilizada por referência neste estudo, este indicador apresentou valores acima dos da satisfação com a vida e abaixo dos da felicidade.

Comparando os dados relativos a Portugal com os dos outros países da união europeia representados na figura 4.2, consegue-se perceber melhor como se posiciona o bem-estar subjetivo em Portugal.

Figura 4.2 – Bem-estar subjetivo médio na Europa, por ano



Escala: 0=totalmente infeliz; 10=totalmente feliz

Confirmando os resultados de estudos anteriores, nomeadamente Brites (2011), Lima e Novo (2006) e Marujo e Neto (2011) e os resultados obtidos no capítulo anterior, Portugal é dos países da união europeia que reporta níveis médios de bem-estar subjetivo mais baixos, só superando em todos os anos a Hungria e em 2002 a Polónia.

Focando agora a análise apenas no período pós início da crise, verifica-se que as diferenças observadas, em termos de bem-estar subjetivo médio, entre o ano de 2008 e o de 2010 são significativas para a satisfação com a vida e o bem-estar subjetivo, não o sendo para a felicidade que registou uma subida inferior à das outras variáveis, como se observa no quadro 4.5.

Quadro 4.5 – Bem-estar subjetivo, felicidade e satisfação com a vida dos portugueses em tempos de crise económica

	2008	2010	Δ 2010-2008
	\bar{x}	\bar{x}	
Bem-estar Subjetivo	6,18	6,32	+ 0,14*
Felicidade	6,62	6,71	+ 0,09
Satisfação com a Vida	5,72	5,93	+ 0,21**

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

Os valores médios de confiança social em Portugal no ano de 2010 também foram superiores aos de 2008, embora as diferenças não sejam significativas. Pelo contrário, a confiança institucional média em Portugal desceu significativamente em 2010 face a 2008, como se observa no quadro 4.6 da página seguinte.

Quadro 4.6 – Valores médios de Confiança Social e de Confiança Institucional em tempos de crise económica

		2008	2010	Δ 2010-2008
		\bar{x}	\bar{x}	
Índice sintético de confiança social		4,17	4,21	+0,04
Confiança Social	Confiança nas pessoas	3,65	3,73	+0,08
	Honestidade das pessoas	5,01	4,97	-0,04
	Ajuda por parte dos outros	3,84	3,95	+0,11
Índice sintético de confiança institucional		3,84	3,42	-0,42***
Confiança Institucional	Confiança na Assembleia da Republica	3,50	2,88	-0,62***
	Confiança no Sistema Jurídico	3,83	3,47	-0,36***
	Confiança na polícia	5,34	5,10	-0,24**
	Confiança nos políticos	2,34	1,97	-0,37***
	Confiança no Parlamento Europeu	4,33	3,68	-0,65***

*p<0,05 **p<0,01 ***p<0,001

A análise aos determinantes do bem-estar subjetivo registado em Portugal nos anos 2008 e 2010 permite verificar que o padrão de influência neste período é o mesmo que o verificado anteriormente para o período de 2002 a 2010 (*cf.* Anexo 4).

De seguida, caracterizam-se as diferenças nos valores médios de bem-estar subjetivo dos dados recolhidos em Portugal nos anos 2008 e 2010 por cada fator determinante.

Assim, para o determinante perceção sobre o estado geral de saúde, verifica-se que para qualquer nível de perceção do estado geral de saúde, exceto o mais baixo, os valores médios de bem-estar subjetivo em 2010 são superiores aos de 2008, tal como se observa no quadro 4.7.

Quadro 4.7 – Bem-estar subjetivo médio por percepção sobre o estado geral de saúde em tempos de crise económica

		2008	2010	Δ 2010-2008
		\bar{x}	\bar{x}	
percepção sobre o estado geral de saúde	muito boa	7,20	7,45	+0,25
	boa	6,59	6,60	+0,01
	razoável	5,94	6,12	+0,18*
	má	4,85	5,11	+0,26
	muito má	4,03	3,80	-0,23

*p<0,05 **p<0,01 ***p<0,001

Quanto à percepção da adequação dos rendimentos face às despesas correntes, apenas no grupo dos que afirmam viver confortavelmente com os rendimentos que auferem é observado um decréscimo significativo entre 2008 e 2010 do nível médio de bem-estar subjetivo. Nos outros grupos, os valores médios de bem-estar subjetivo são superiores em 2010 face a 2008 para a amostra estudada, como se observa no quadro 4.8.

Quadro 4.8 – Bem-estar subjetivo médio por percepção da adequação dos rendimentos em tempos de crise económica

		2008	2010	Δ 2010-2008
		\bar{x}	\bar{x}	
Percepção da adequação dos rendimentos face às despesas	dá para viver confortavelmente	7,49	7,03	-0,46*
	dá para viver	6,61	6,67	+0,06
	é difícil viver	5,76	6,00	+0,24*
	é muito difícil viver	4,92	5,22	+0,03

*p<0,05 **p<0,01 ***p<0,001

A análise aos níveis de bem-estar subjetivo por fatores sociodemográficos registada no quadro 4.9 permite verificar que em todos os grupos etários à exceção do 25-35 anos, os níveis médios de bem-estar subjetivo foram superiores em 2010 quando comparados a 2008.

Por nível de escolaridade, o padrão é o mesmo, com médias mais altas em 2010 que em 2008, em cada um dos grupos definidos pelos níveis de escolaridade à exceção do 2º Ciclo.

Os valores médios de bem-estar subjetivo de homens e de mulheres também foram superiores em 2010 comparativamente a 2008.

Quanto ao estado civil, verifica-se um aumento do bem-estar subjetivo médio em todos os grupos exceto no dos indivíduos separados, sendo neste grupo significativamente inferior.

A análise a estes dois anos permite verificar que ao contrário do que foi observado nos dados da amostra portuguesa para os anos 2002 a 2010 em que ser casado levava a níveis mais elevados de bem-estar subjetivo, em 2008 e 2010, os níveis de bem-estar subjetivo do grupo dos solteiros é superior aos níveis do grupo dos casados. Tal resultado já se havia demonstrado no estudo de Lima e Novo (2006).

Quadro 4.9 – Bem-estar subjetivo médio por fatores sociodemográficos em tempos de crise económica

		2008	2010	Δ 2010-2008
		\bar{x}	\bar{x}	
Grupos etários	14-18	7,32	7,78	+0,46*
	19-24	7,07	7,22	+0,15
	25-35	6,80	6,77	-0,03
	36-55	6,08	6,28	+0,20*
	56-67	6,01	6,11	+0,10
	>68	5,47	5,83	+0,36**
Escolaridade	Nenhuma	5,09	5,37	+0,28
	1º ciclo	5,73	5,93	+0,20*
	2º ciclo	6,36	6,30	-0,06
	3º ciclo	6,59	6,72	+0,13
	Secundário	6,75	6,92	+0,17
	Superior	6,74	7,02	+0,28
	Mestrado/Doutoramento	7,10	7,01	-0,09
Género	homem	6,37	6,45	+0,08
	mulher	6,05	6,23	+0,18*
Estado Civil	casado	6,18	6,32	+0,14*
	separado	6,37	4,40	-1,97**
	divorciado	5,44	5,76	+0,32
	viúvo	5,04	5,42	+0,38*
	solteiro	6,79	6,87	+0,08

*p<0,05 **p<0,01 ***p<0,001

Em relação à situação perante o trabalho, em todas as situações os níveis médios de bem-estar subjetivo foram superiores em 2010 quando comparados com os de 2008, como se observa no quadro 4.10.

Quadro 4.10 – Bem-estar subjetivo médio por situação perante o trabalho em tempos de crise económica

		2008	2010	Δ 2010-2008
		\bar{x}	\bar{x}	
Situação perante o trabalho	a trabalhar	6,51	6,58	+0,07
	a estudar	7,26	7,56	+0,30
	desempregado	5,70	6,10	+0,40*
	doença/ invalidez e reforma	5,62	5,85	+0,23*
	outras situações	5,84	6,20	+0,36*

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

Em suma, o que os resultados apresentados mostram é que os dados da amostra portuguesa do *ESS* revelam, de uma forma geral, níveis médios de bem-estar subjetivo superiores em 2010 face a 2008.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

O presente estudo assumiu dois objetivos primordiais. Em primeiro lugar, pretendeu-se verificar quais os principais determinantes do bem-estar subjetivo em Portugal e em alguns países membros da União Europeia durante a primeira década do século XXI. Em segundo lugar, pretendeu-se perceber qual a experiência subjetiva dos portugueses em termos de bem-estar nos anos após a crise económica e financeira, anos caracterizados por intensas dificuldades económicas nacionais e por uma elevada taxa de desemprego.

A primeira hipótese de estudo foi corroborada pelos resultados da análise da influência das variações macroeconómicas no bem-estar subjetivo dos europeus. Efetivamente, para os países e anos estudados, evidencia-se um efeito positivo no bem-estar subjetivo com a aceleração da atividade económica e um efeito negativo com o aumento da inflação e da taxa de desemprego. Estes resultados vêm ao encontro do que já tinha sido verificado por Blanchflower (2007) e Di Tella et al. (2001, 2003) para amostras de participantes americanos e europeus de vários países, em diversos períodos, com dados obtidos por instrumentos diferentes.

O efeito do aumento da inflação e da taxa de desemprego é ainda mais evidente quando se utiliza as condições macroeconómicas do ano $x-1$ na determinação do bem-estar subjetivo do ano x para se captar um possível efeito de retardamento na assimilação por parte dos indivíduos da influência das flutuações macroeconómicas. Tal resultado indica que o que se passou em termos macroeconómicos no ano imediatamente anterior teve uma maior influência no bem-estar subjetivo do que as condições macroeconómicas do ano corrente.

O inesperado nesta análise surge por parte do comportamento da influência da taxa de variação do PIB na experiência subjetiva de bem-estar. Ainda que dos três indicadores macroeconómicos estudados, a taxa de variação do PIB seja a que evidencia um efeito mais fraco no bem-estar subjetivo, este efeito torna-se oposto quando se estuda a influência no bem-estar subjetivo da taxa de variação do PIB do ano x e quando se estuda a mesma influência relativa à taxa do ano $x-1$, passando-se de uma influência positiva a uma influência negativa. A sugestão dada pelos resultados de que se a taxa do PIB crescer no ano anterior levará a uma diminuição do bem-estar subjetivo no ano corrente é inesperada face ao demonstrado em estudos anteriores.

A primeira hipótese é confirmada pelos dados relativos a Portugal sem a mesma robustez que os dados europeus proporcionam, pois há que ter em conta que as variáveis

macroeconómicas para Portugal possuem pouca variabilidade, pois encontram-se limitadas a cinco anos, o que coloca reservas na tomada em consideração das ilações retiradas a partir dos dados relativos a Portugal.

O que os resultados dos dados portugueses indicam é que, quando se analisa a influência das variações macroeconómicas do ano em que se avaliou o bem-estar subjetivo, esta revela não ser significativa para a inflação média anual e para a taxa de desemprego. Apenas as variações nas condições macroeconómicas do ano $x-1$ revelam uma influência significativa, com o aumento da inflação e da taxa de desemprego a conduzirem a níveis mais baixos de bem-estar subjetivo.

A taxa de variação do PIB mostra influenciar significativamente o bem-estar subjetivo em Portugal tanto quando se considera os seus valores relativos ao ano x como ao ano $x-1$. No entanto, revela um efeito contraditório, pois para o ano x indica influenciar negativamente e para o ano $x-1$ a sua influência é dada como positiva.

A contradição da influência da taxa de variação do PIB sobre o bem-estar subjetivo verifica-se ao nível de ano, mas também se verifica quando a análise é feita para a globalidade dos países analisados ou para Portugal. Tal porque a influência sugerida pelos valores da taxa do ano x para a globalidade dos países europeus é equivalente à verificada para o ano $x-1$ em Portugal e a do ano $x-1$ dos países europeus equivalente à do ano x em Portugal. Por este motivo, a influência deste fator no bem-estar subjetivo deveria ser alvo de futura exploração.

A segunda hipótese de estudo é também confirmada pelos resultados. Tal como esperado, a perceção do estado de saúde e da adequabilidade dos rendimentos face às despesas correntes assim como a confiança revelaram-se importantes determinantes do bem-estar subjetivo quer para a generalidade dos países estudados como para Portugal. Os níveis médios de bem-estar subjetivo revelam-se superiores para os grupos de pessoas que se sentem muito bem com a sua saúde, que vivem confortavelmente com os rendimentos que auferem e que têm confiança nos outros e nas instituições. Os resultados obtidos para a confiança social vão ao encontro do verificado anteriormente por Bartolini et al. (2012) e por Helliwell (2006) e a influência das variáveis de perceção do estado de saúde e da adequabilidade dos rendimentos face às despesas correntes para Portugal também já tinha sido evidenciado no estudo de Marujo e Neto (2011).

Os resultados revelam um padrão sociodemográfico na determinação do bem-estar subjetivo, tal como se esperava também. No entanto, em termos de padrão sociodemográfico, Portugal assume algumas diferenças em comparação com os restantes países.

Salientando o que é padrão comum, a idade é para portugueses e europeus, de uma forma geral, um bom preditor do seu bem-estar subjetivo. Com o passar dos anos, os níveis médios de bem-estar subjetivo vão diminuindo, tal como Lima e Novo (2006) e Marujo e Neto (2011) já haviam verificado para o caso português.

Também o estado civil é um bom determinante do bem-estar subjetivo em Portugal e na Europa. Assim, pode-se afirmar sem grandes reservas que ser casado é um fator que contribui positivamente para o bem-estar subjetivo, enquanto que ser separado/divorciado ou viúvo contribui negativamente. Os solteiros apresentam níveis de bem-estar subjetivo inferiores aos casados, mas superiores aos outros estados civis que se caracterizam por não terem companheiro(a). Estes resultados corroboram os estudos de Blanchflower e Oswald (2004), Di Tella et al. (2003) e Easterlin (1974), assim como os de Marujo e Neto (2011) para Portugal.

Em relação à situação perante o trabalho, estar desempregado assume-se como prejudicial ao bem-estar subjetivo de portugueses e europeus. Este é um resultado fortemente identificado na literatura internacional (e.g., Blanchflower & Oswald, 2004; Di Tella et al., 2003; Easterlin, 1974) e portuguesa (Marujo & Neto, 2011).

O facto de uma pessoa se encontrar a estudar a tempo completo leva-a a apresentar níveis de bem-estar subjetivo mais elevados do que quem está a trabalhar. Também quem se encontra em situação de doença/invalidez permanente e reforma relata níveis de bem-estar subjetivo superiores a quem está a trabalhar.

O número de anos de escolaridade e o género têm diferentes influências nos europeus e nos portugueses. Se na Europa, ser homem e ter mais anos de estudos parecem levar a um nível de bem-estar subjetivo inferior, tal como Blanchflower e Oswald (2004), Clark e Oswald (1996) e Di Tella et al. (2003) já tinham verificado; em Portugal parece não haver qualquer influência destes fatores no bem-estar subjetivo tal como Marujo e Neto (2011) apontaram.

Como se observou até aqui, o bem-estar subjetivo em Portugal parece tender a fugir ao padrão genérico de determinantes que se define claramente para a generalidade dos países europeus. Talvez esta tendência já detetada na análise do que determina o bem-estar subjetivo, ajude a não se estranhar grandemente que a terceira hipótese de estudo tenha sido completamente refutada pelos resultados.

Esperava-se encontrar uma diminuição dos níveis médios de felicidade e de satisfação com a vida em Portugal após o ano de início da crise económica. Esta crise teve grandes repercussões económicas em Portugal pois expôs as vulnerabilidades financeiras das contas públicas, levou à recessão em 2009, colocou a taxa de desemprego em espiral ascendente e

ainda sem prazo à vista para que a situação se reverta e levou a que em abril de 2011 fosse pedido um resgate financeiro internacional para se evitar a bancarrota do país. No entanto, o que os resultados relevam é o oposto ao esperado, a tendência de evolução dos níveis médios de felicidade e de satisfação com a vida é de subida progressiva a partir do ano 2006, sendo que a felicidade atingiu o seu valor máximo precisamente em 2010.

A comparação dos níveis médios de bem-estar subjetivo de 2008 e de 2010 indica que no último ano, em Portugal, os dados da presente amostra apresentam valores médios superiores aos de 2008. Tal acontece em praticamente todos os subgrupos identificados, sejam agregados por perceção sobre a saúde ou sobre a adequabilidade dos rendimentos, idade, escolaridade, género, estado civil ou situação perante o trabalho.

Estes resultados vêm dar suporte às reservas na consideração do encontrado na análise da influência das variações macroeconómicas no bem-estar subjetivo nacional. De facto, a imagem que os valores médios de bem-estar subjetivo de 2010 em Portugal fornece é a de que as condições macroeconómicas não influenciam o bem-estar subjetivo dos portugueses, pelo menos, no período em que as condições macroeconómicas se encontravam mais degradadas.

A observação atenta aos dados de bem-estar subjetivo nacional dos outros anos aponta no mesmo sentido, pois em 2010, os valores médios de felicidade e de satisfação com a vida são superiores aos de anos de crescimento económico como 2004 e 2006, sendo apenas comparáveis aos do ano 2002, ano de desaceleração económica a que se seguiu o ano recessivo de 2003.

Seria bastante importante replicar a análise da influência do contexto macroeconómico no bem-estar subjetivo em Portugal em estudos posteriores que utilizassem dados de felicidade e/ou satisfação com a vida relativos a um período de tempo mais longo, os quais se pudesse analisar com dados macroeconómicos desse mesmo período, de forma a haver maior variabilidade das variáveis macroeconómicas e assim maior segurança na interpretação dos resultados de uma análise de regressão linear múltipla. Tal implicaria a utilização de uma outra base de dados que não o *ESS*.

Seria também importante perceber melhor o que determina a felicidade e a satisfação com a vida em Portugal. Os determinantes clássicos – padrões sociodemográficos e variáveis macroeconómicas – como o presente estudo aponta não parecem ser a melhor resposta. Talvez outras variáveis de natureza semelhante às aqui introduzidas como a perceção sobre o estado geral de saúde, a perceção da adequação dos rendimentos às despesas e a confiança possam vir a ser mais esclarecedoras.

É curioso verificar que na variável de percepção da adequação dos rendimentos face às despesas correntes, o único grupo de pessoas que apresenta níveis médios de bem-estar subjetivo inferiores em 2010 aos de 2008 é o das que consideram viver confortavelmente com os rendimentos que detêm. Este dado pode apontar para a importância que o rendimento relativo e a comparação com padrões de vida anteriores ou com padrões de vida de pares podem desempenhar no bem-estar subjetivo, em alternativa ao rendimento absoluto ou a variáveis como o PIB. A importância do rendimento relativo e da comparação social já havido sido apontada por Easterlin (1974).

Se os portugueses viveram toda a década com um fraco crescimento económico, que até se constitui como uma das causas das atuais dificuldades económicas, poderá não ter sido com o rendimento absoluto que terão aprendido a associar a melhoria no bem-estar subjetivo. Talvez aqui a comparação social tenha sido efetivamente mais preponderante, pois também é sabido que a melhoria nos níveis de vida se deveu essencialmente ao endividamento, para que se pudesse ter e fazer o que o vizinho tinha e fazia.

Se em 2010 se começa a conhecer cada vez mais pessoas que perderam o emprego ou viram o seu nível de vida piorar drasticamente, talvez quem mantenha o seu emprego ou a sua vida sem grandes alterações passe a valorizar menos aspetos materialistas e mais aspetos relacionais como a confiança social, cujos valores médios também subiram em Portugal em 2010.

Não obstante, a aceleração da deterioração das condições materiais de vida ocorrida desde a tomada de medidas de austeridade, particularmente a partir de 2011, poderá levar a uma diminuição dos níveis de bem-estar subjetivo nos anos seguintes. É então com muita curiosidade que se aguardará os resultados do *ESS* do corrente ano, pois se a primeira fase da crise económica poderá ter levado os portugueses a valorizarem mais aspetos não materiais da vida – o que constitui um fenómeno positivo – poderá esta reação resistir ao aprofundamento da crise e ao empobrecimento efetivo dos portugueses?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alesina, A., Di Tella, R., MacCulloch, R. (2004). Inequality and happiness: are Europeans and Americans different? *Journal of Public Economic capital social* 88 (9–10), pp. 2009–2042.
- Banco de Portugal (2003). Relatório Anual de 2002. Lisboa
- Banco de Portugal (2004). Relatório Anual de 2003. Lisboa
- Banco de Portugal (2005). Relatório Anual de 2004. Lisboa
- Banco de Portugal (2006). Relatório Anual de 2005. Lisboa
- Banco de Portugal (2007). Relatório Anual de 2006. Lisboa
- Banco de Portugal (2008). Relatório Anual de 2007. Lisboa
- Banco de Portugal (2009). Relatório Anual de 2008. Lisboa
- Banco de Portugal (2010). Relatório Anual de 2009. Lisboa
- Banco de Portugal (2011). Relatório Anual de 2010. Lisboa
- Bartolini, S. & Bonatti, L. (2008). Endogenous growth, decline in social capital and expansion of market activities. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 67, pp. 917–926
- Bartolini, S, Bilancini, E., & Pugno, M. (2011). Did the Decline in Social Connections Depress Americans' Happiness? *Social Indicators Research*
- Bartolini, S., Mikucka, M, Sarracino, F. (2012). Money, Trust and Happiness in Transition Countries: Evidence from Time Series. *CEPS INSTEAD Working Papers no. 1012-04*.
- Blanchflower, D. G. (2007). Is Unemployment More Costly than Inflation?. Working Paper no.13505, *National Bureau of Economic Research*, Cambridge, MA.
- Blanchflower, D. G. e Oswald, A. J. (2004). Well-being over time in Britain and the USA. *Journal of Public Economic*, 88, pp. 1359-1386.
- Blanchflower, D. G. e Oswald, A. J. (2004a). Money, Sex and Happiness: An Empirical Study. *The Scandinavian Journal of Economic capital social*, 106(3), pp. 393–415.
- Blanchflower, D. G., & Oswald, A. J. (2008). Is well-being U-shaped over the lifecycle? *Social Science & Medicine*, 66, pp. 1733–1749.
- Blanchflower, D. G., & Oswald, A. J. (2008a). Hypertension and happiness across nations. *Journal of Health Economics*, 27(2), pp. 218–233.
- Blanchflower, D. G., & Oswald, A. J. (2009). The U-shape without controls: A response to Glenn. *Social Science & Medicine*, 69, pp. 486–488.
- Blanchflower, D. G., & Oswald, A. J. (2011). International Happiness: A New View on the Measure of Performance. *Academy of Management Perspectives*, pp.6-22.
- Brites, Rui (2011), *Valores e Felicidade no Século XXI: Retrato Sociológico dos Portugueses em Comparação Europeia*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

Caixa Geral de Depósitos (2011). Relatório e Contas 2010. Lisboa

Cicognani, E., Pirini, C., Keyes, C., Joshanloo, J., Rostami, R. & Nosratabadi, M. (2008). Social Participation, Sense of Community and Social Well Being: A Study on American, Italian and Iranian University Students. *Social Indicators Research*, 89 (1), pp. 97–112.

Clark, A. E. & Oswald, A. J. (1996). Satisfaction and comparison income. *Journal of Public Economics*, 61, pp. 359-381.

Comissão Europeia (2011). Análise Anual do Crescimento. Anexo 2. Relatório Macroeconómico.

Constâncio, V. (2004). O desenvolvimento da economia portuguesa. Intervenção do Governador Vítor Constâncio no 1º congresso da democracia, em 11 de Novembro de 2004, Intervenções Públicas, Banco de Portugal.

Deci, E., & Ryan, R. (2008). Hedonia, Eudaimonia, And Well-Being: An Introduction. *Journal of Happiness Studies*, 9, pp.1-11.

Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2006). Some uses of happiness data in economics. *Journal of Economic Perspectives*, 20(1), pp. 25–46.

Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2008). Gross national happiness as an answer to the Easterlin paradox? *Journal of Development Economic capital social* 86(1), pp. 22–42.

Di Tella, R., MacCulloch, R.J. & Oswald, A.J. (2001). Preferences over inflation and unemployment: evidence from surveys of happiness, *American Economic Review*, 91, pp.335-341.

Di Tella, R., MacCulloch, R. & Oswald, A., (2003). The macroeconomics of happiness. *Review of Economic capital social and Statistic capital social*, 85, pp. 809–827.

Easterlin, R., (1974). Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. In: David, P.A., Reder, M.W. (Eds.), *Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honour of Moses Abramovitz*. Academic Press, New York, London, pp. 89–125.

Easterlin, R., (2009). Lost in transition: Life satisfaction on the road to capitalism. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 71, pp. 130–145.

Easterlin, R. & Angelescu, L. (2009). Happiness and growth the world over: Time series evidence on the happiness-income paradox. *IZA Discussion Paper*, (4060).

Easterlin, R., Angelescu, L., Switek, M., Sawangfa, O. & Zweig, J. (2010). The happiness-income paradox revisited. *Proceedings of the National academy of Sciences of the United States of America (PNAS)*, (doi:10.1073/pnas.1015962107).

European Social Survey (2012). *Home*. About ESS.

Disponível em <http://www.europeansocialsurvey.org/>

- Eurostat (2012). *Introduction*. About Eurostat.
Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/about_eurostat/introduction
- ESS EduNet (2012). *Weighting the ESS data*. User guide.
Disponível em <http://essedunet.nsd.uib.no/cms/userguide/weight/>
- Helliwell, J. F. (2003). How's Life? Combining individual and national variables to explain subjective well-being. *Economic Modelling*, 20, pp. 331–360.
- Helliwell, J. F. (2006). Well-being, social capital and public policy: What's new? *The Economic Journal*, 116 (March), pp.C34-C45.
- Helliwell, J. F., & Putnam, R. D. (2004). The social context of well-being. *Philosophical transactions of the Royal Society of London*, Series B, 359, pp. 1435–1446.
- Helliwell, J. F., & Huang, H. (2006). How's Your Government? International Evidence Linking Good Government and Well-Being. *NBER Working Paper* (No. 11988).
- Helliwell, J. F., & Huang, H. (2010). How's the job? Well-being and social capital in the workplace. *Industrial and Labor Relations Review*, 63(2), pp. 205–227.
- Helliwell, J. F., & Huang, H. (2011). Well-Being and Trust in the Workplace, *Journal of Happiness Studies*, 12, pp. 747–767.
- Lima, M.L., & Novo, R. (2006). Nós por cá todos bem? Bem-Estar subjetivo e social em Portugal e na Europa. In *J. Vala e A. Torres (Orgs), Atitudes, Valores e Estruturas Sociais na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Marujo, H.A. & Neto, L.M. (2011). Felicidade Subjetiva dos Portugueses. Instituto da Felicidade Coca-Cola
- Novo, R. F. (2005). Bem-Estar e Psicologia: Conceitos e Propostas de Avaliação. *RIDEP*, 20 (2), pp. 183-203.
- Oswald, A. J. (1997). Happiness and Economic Performance. *The Economic Journal*, 107, pp. 1815-1831.
- Oswald, A. J. & Powdthavee, N. (2007). Obesity, Unhappiness, and The Challenge Of Affluence: Theory and Evidence. *The Economic Journal*, 117, pp. 441–459.
- Perovic, L. M., & Golem, S. (2010). Investigating Macroeconomic Determinants of Happiness in Transition Countries. *Eastern European Economiccapital social* , 48, pp. 59–75.
- Proto, E., Sgroi, D. & Oswald, A. J. (2012). Are happiness and productivity lower among young people with newly-divorced parents? An experimental and econometric approach. *Experimental Economiccapital social*, 15, pp. 1–23
- Putnam, R. (2001). Social Capital: Measurement and Consequences. In: *Helliwell, J.F. (Ed.), The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being*. Proceedings of an OECD/HRDC conference, Quebec, March 19–21, 2000. HDRC, Ottawa.
- Putnam, R., Leonardi, L. & Nanetti, R. (1993). *Making Democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton University Press, Princeton, New Jersey

- Ryan, R. & Deci, E. (2001). On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well-being. In *Annual Review of Psychology*, 52, pp.141-166.
- Ryff, C. D. (1989). Happiness is Everything, or Is It? Explorations on the Meaning of Psychological Well-Being. (6, Ed.) *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, pp.1069-1081.
- Ryff, C. & Keyes, C. L. (1995). The Structure of Psychological Well-Being Revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, pp.719-727.
- Sacks, D. W., Stevenson, B. & Wolfers, J. (2010). Subjective well-being, income, economic development and growth. *NBER Working Paper Series*, (16441).
- Sarracino, F. (2010). Social capital and subjective well-being trends: Comparing 11 western European countries. *The Journal of Socio-Economic Capital social*, 39, pp. 482-517.
- Seligman, M. & Csikszentmihalyi M. (2000). Positive psychology: an introduction. *The American Psychologist* 55(1), pp. 5-14
- Stanca, L. (2010). The Geography of Economic Capital and Happiness: Spatial Patterns in the Effects of Economic Conditions on Well-Being. *Soc Indic Res*, 99, pp. 115–133.
- Stevenson, B. & Wolfers, J. (2008). Economic growth and subjective well-being: reassessing the Easterlin paradox. *IZA DP*, (3654).
- Waterman A. S. (1993) Two conceptions of happiness: contrasts of personal expressiveness (eudaimonia) and hedonic enjoyment. *Journal of Personality and Social Psychology*. 64 (4), pp. 678–91
- Welsch, H., & Bonn, U. (2008). Economic convergence and life satisfaction in the European Union. *The Journal of Socio-Economic Capital social*, 37, pp.1153–1167.